



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 005

SÁBADO, 18 DE JANEIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 5ª SESSÃO, EM 17 DE JANEIRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 146/92 (nº 26/92, na origem), referente a escolha do nome do Sr. Luiz Villarinho Pedroso, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

— Nº 147/92 (nº 27/92, na origem), referente a escolha do nome do Sr. Marcos Henrique Camillo Córtes, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado Independente da Papua e Nova Guiné.

1.2.2 — Aviso do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

— Nº 14/92, encaminhando cópia do Pedido de Dispensa de Cumprimento de Formalidades, dirigido à comunidade financeira internacional, consoante autorização senatorial expressa na Resolução nº 20/91, que autorizou a União a celebrar operação externa de natureza financeira, relativa aos juros devidos aos bancos credores externos, referentes ao período compreendido entre julho de 1989 e dezembro de 1990.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Recém-bimento do Banco Central do Brasil, de relatório sobre endividamento dos Estados e Municípios referentes ao mês de novembro de 1991.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Congratulando-se com o Presidente da República pelo financiamento à habitação no Distrito Federal, a ser implementado neste ano.

SENADOR NEY MARANHÃO — Considerações a respeito do artigo de Carlos Chagas, publicado no *Jornal do Brasil* de hoje, sobre a apreciação do projeto de lei que aumenta as contribuições previdenciárias.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Busca de alternativas definitivas no combate à seca no Nordeste.

SENADOR ELCIO ÁLVARES — Editorial publicado no jornal *O Globo*, intitulado "Um projeto para o Brasil". Eficácia da nova Lei do Inquilinato.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Abusos no pagamento de subsídios a Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, por ocasião de convocação extraordinária da Assembleia Legislativa daquele Estado.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Realização de sessão ordinária do Senado, amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Amir Lando, proferido na sessão de 15-1-92.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÓRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

Ata da 5ª Sessão, em 17 de janeiro de 1992**3ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Mauro Penevides, Beni Veras, Nelson Carneiro, Epitácio Cafeteira e Amir Lando***ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Chagas Rodrigues – Epitácio Cafeteira – Lourival Baptista – Nabor Júnior – Ney Maranhão – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A lista de presença acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA****MENSAGEM Nº 146, DE 1992**

(Nº 26/92, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Villarinho Pedrosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

2. Os méritos do Embaixador Luiz Villarinho Pedrosa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de janeiro de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

INFORMAÇÃO**Curriculum Vitae**

Embaixador Luiz Villarinho Pedrosa.

Rio de Janeiro/RJ, 10 de agosto de 1934.

Filho de Érico Chagas Pedrosa e Thereza Villarinho Pedrosa.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB/RJ.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso Superior de Guerra, ESG.

Cônsul de Terceira Classe, 22 de janeiro de 1959.

Segundo Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Primeiro Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1967.

Conselheiro, merecimento, 1 de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21 de setembro de 1977.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1986.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1962.

Assistente do Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, 1969.

Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/72.

Chefe, interino, da Divisão da América Central, 1970.

Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1981/85.

Chefe, substituto, do Departamento de Promoção Comercial, 1981/85.

Chefe, do Departamento de Promoção Comercial, 1985/88.

Washington, Segundo Secretário, 1965/68.

Lima, Chefe do SECOM, 1966.

Lima, Primeiro Secretário, 1968/69.

Genebra, Delegação Permanente, Primeiro Secretário, 1972/73.

Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1972/73.

Caracas, Conselheiro, 1974/75.

Washington, OEA, Conselheiro, 1975/77.

Washington, OEA, Ministro-Conselheiro, 1977/79.

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1978.

Riade, Embaixador, 1988/91.

Negociações com a Polônia de Acordo Substituto do Ajuste de Pagamento e do Acordo de Comércio, 1954 e 1960 (membro).

Grupo de Trabalho para o Serviço Diplomático, Rio de Janeiro, 1955 (membro).

À disposição do Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia, em visita a São Paulo, 1960.

Negociações de Acordo de Comércio e Pagamentos com a Tchecoslováquia 1960 (membro).

Delegação do Brasil em visita às Colônias Hong Kong e Cingapura, 1960 (secretário).

Comissão de Organização da visita do Presidente da Itália, 1961 (membro).

Grupo de Trabalho de Arame Farpado, Rio de Janeiro, 1962 (representante do MRE).

Missão Especial do Brasil às cerimônias comemorativas do Centenário de Batalha de Callao, Lima, 1966 (membro).

XXV Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Rivera, Espanha, 1966 (delegado-suplente).

Delegação da Petrobrás à Reunião da "Assistência Recíproca Petrolífera Estatal Latino-Americana", Lima, 1968 (membro).

LVI Conferência Interparlamentar, Lima, 1968 (membro).

I Reunião de Consulta Aeronáutica com o Peru, Lima, 1968 (delegado).

XIII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina 1969 (membro).

XI Conferência da ALALC, Caracas, 1969 (membro).

Comissão Preparatória da participação do Brasil na "EX-PO-70", Osaka, 1969 (secretário-geral).

Reunião da Comissão Especial de Consulta e Negociações, CIES, Washington, 1970 (delegado).

III Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, 1971 (delegado).

II Reunião Ordinária da Comissão Especial de Consulta e Negociação, CIES, Punta del Este, 1971 (membro).

VII Reunião Extraordinária Anual do CIES, Panamá, 1971 (delegado).

Reunião do Grupo "ad hoc" de Técnicos Governamentais encarregados de estudar a possibilidade de criação de um Instituto Interamericano de Ciências da Pesca, Lima, 1972 (chefe).

Conferência Interamericana Especializada sobre a aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento na América Latina, 1972 (delegado).

VII Congresso Indigenista Interamericano, Brasília, 1972 (delegado).

I Congresso Interamericano Extraordinário de Turismo, Rio de Janeiro, 1972 (delegado).

VIII Reunião Anual do CIES/OEA, Bogotá, 1973 (delegado).

Reunião do Grupo de Trabalho sobre normas Técnicas do Comitê de Produtos Industriais, GATT, Genebra, 1973 (chefe).

XXXIV Sessão da Conferência Internacional da Educação, Genebra, 1973 (delegado).

Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974 (delegado-suplente).

Comitê dos Peritos Governamentais de Alto Nível de países em Desenvolvimento, membros da CEPAL, encarregado de avaliar a I metade da II Década para o Desenvolvimento da ONU, Bogotá, 1975 (representante).

XVI Período Ordinário de Sessões da CEPAL, Port-of-Spain, 1975 (Chefe).

IX Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear, Caracas, 1975 (Chefe).

VIII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, 1978 (delegado).

Reunião de Técnicos Governamentais sobre o sistema geral de preferência norte-americano, da OEA, Washington, 1978 (chefe).

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

O Embaixador Luiz Villarinho Pedrosa se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1992. — **Guilherme Fausto da Cunha Bastos** Chefe; substituto, do Departamento do Serviço Exterior.

(*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

MENSAGEM Nº 147, DE 1992

(Nº 27/92, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal: De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição; e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Marcos Henrique Camillo Côrtes, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Independente de Papua e Nova Guiné.

2. Os méritos do Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de janeiro de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

Curriculum Vitae:

Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes.
Rio de Janeiro/RJ, 21 de outubro de 1935.

Filho de Geraldo de Menezes Côrtes e Thilma Camillo Côrtes.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Estagiário na OEA.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (CAD), IRBr.

Cônsul de Terceira Classe, 23 de janeiro de 1959.

Segundo Secretário, merecimento, 21 de outubro de 1961.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1967.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 14 de setembro de 1973.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 12 de junho de 1978.

Assistente do Chefe do Departamento Político e Cultural, 1959/61.

Assistente do Secretário-Geral de Política Exterior, 1966/68.

Oficial-de-Gabinete do Ministro de Estado, 1969/70.

Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1970/73.

Chefe da Assessoria de Documentação de Política Exterior, 1973/74.

Viena, Terceiro Secretário, 1961.
 Viena, Segundo Secretário, 1961/63.
 Lima, Segundo Secretário, 1964/65.
 Montevideu, Segundo Secretário, 1965/66.
 Buenos Aires, Primeiro Secretário, 1968.
 Washington, Primeiro Secretário, 1968/69.
 Buenos Aires, Ministro-Conselheiro, 1974/78.
 Buenos Aires, Encarregado de Negócios, 1975/78.
 Camberra, Embaixador, 1978/91.
 Wellington, Embaixador, Cumulativo, 1979/91.
 Decano do Corpo Diplomático em Camberra, 1986/91.
 Porte Vila, Embaixador, cumulativo, 1987/91.
 Comitiva do Ministro das Relações Exteriores, em visita ao Paraguai, 1958 (membro).

Comissão de Organização do Programa do Encontro entre os Presidentes do Brasil e da Itália, 1961 (membro).

Grupo de Trabalho de Quito, para o estudo da Agenda Provisória da XI Conferência Interamericana e Elaboração das Instituições à Delegação do Brasil, 1961 (membro).

VI e VII Sessões Ordinárias da Conferência Geral da AIEA, Viena, 1962 e 1963.

Reunião dos Chefes de Estados Americanos, Punta del Este, 1967 (membro).

Elemento de Ligação do MRE com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1967/68.

VIII CEA, 1968 (representante do MRE).

Membro da Equipe Técnica do MRE para Implantação do Novo Plano de Classificação de Cargos, 1970/71.

Missão Especial ao Japão, 1970 (membro).

Missão Especial à solenidades de posse do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, 1970 (membro).

Comitiva Presidencial no encontro com o Presidente do Paraguai, para a inauguração da Ponte sobre o Rio Apa, Bela Vista, 1971 (membro).

Comitiva Presidencial por ocasião do encontro com Presidente da Colômbia, Letícia, 1971 (membro).

V Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este 1973 (delegado-suplente).

Comitiva Presidencial no encontro com o Presidente da Venezuela, Sant Elena de Uairén, 1973 (membro).

VI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires 1974 (delegado).

Missão Especial do Governo brasileiro às exéquias de sua Excelência Senhor Juan Domingo Perón, Presidente da Argentina, 1974 (membro).

V Reunião do Grupo de Peritos ao Projeto A-4 (navegação), Buenos Aires 1974 (chefe).

II Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-5/a, Buenos Aires, 1973 (chefe).

Reunião do Grupo de Peritos em Obras de Infra-estrutura de Telecomunicações, Projeto A-5/B, Buenos Aires, 1974 (chefe).

Representante Suplente da Representação do Brasil no CIC dos Países da Bacia do Prata, 1974/76.

Reunião do Grupo de Trabalho para Área Básica de Cooperação Econômica Montevideu, 1976 (chefe).

V Reunião da Comissão e do Comitê Científico para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, 1986 (chefe).

VII Reunião da Comissão e do Comitê Científico para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, 1988 (chefe).

Presidente da Comissão da Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Bienio, 1988.

Enviado Plenipotenciário para assinatura da Convenção para Regulamentação das Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos, Wellington, 1989.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Oficial/Grande Oficial, Grã-Cruz, Brasil.

Medalha do Pacificador, Brasil.

Prêmio Rio Branco, IRBr.

Medalha de Prata no CPCD, IRBr.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, Paraguai.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, Áustria.

Ordem do Mérito de Maio, Oficial, Argentina.

Ordem Francisco de Miranda, Oficial, Venezuela.

Ordem do Tesouro Sagrado, Comendador, Japão.

Ordem Nacional do Mérito, Grande Oficial, Egito.

Ordem de Cristo, Comendador, Portugal.

O Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

Secretaria de Estado, das Relações Exteriores em 1992. — **Guilherme Fausto da Cunha Bastos** Chefe, Substituto, do Departamento do Serviço Exterior.

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

AVISO DO MINISTRO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

AVISO Nº 014

6-1-92

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 6º da Resolução nº 20, de 20 de junho de 1991, que autorizou a União a celebrar operação externa de natureza financeira, relativa aos juros devidos aos bancos credores externos, referentes ao período compreendido entre julho de 1989 e dezembro de 1990, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para proceder ao encaminhamento de um original do "Waiver Request" (Pedido de Dispensa de Cumprimento de Formalidade), por mim firmado e dirigido à comunidade financeira internacional, consoante dita autorização senatorial.

Deixo de encaminhar tradução do referido documento, porquanto a mesma já foi remetida a essa Casa do Congresso Nacional através da Mensagem nº 243, datada de 27 de maio de 1991, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Senado Federal (onde recebeu o número 133, de 1991), tendo sido inclusive objeto de publicação em separata pela imprensa do próprio Senado Federal, para uso dos Senhores Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos na reunião de 11 de junho de 1991, quando a matéria foi inicialmente debatida. O texto que ora tenho a honra de enviar a Vossa Excelência é exatamente o mesmo então publicado, eis que a aludida Resolução nº 20/91 o adotou como anexo, conforme se lê em seu art. 1º, tornando impossível qualquer alteração a posteriori.

Por oportuno, informo a Vossa Excelência que o Pedido de Dispensa de Cumprimento de Obrigações foi respondido positivamente por 95% (noventa e cinco por cento) dos bancos

credores do país, de acordo com a anexa atestação do Citibank, N.A., de Nova Iorque, coordenador da renegociação da dívida externa brasileira junto aos bancos privados, tendo sido atingido, dessa forma, o percentual mínimo previsto no "Multi-Year Deposit Facility Agreement" — MYDFA (Contrato Plurianual de Depósito de Recursos), firmado em 22 de setembro de 1988, para permitir a solução amigável do contencioso existente entre o Brasil e seus credores privados, em face da cessação de pagamentos de juros em julho de 1989.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e consideração. — **Marcello Marques Moreira**, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Eipitácio Cafeteira) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, relatórios sobre endividamento dos Estados e Municípios referentes ao mês de novembro de 1991.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Amir Lando — Antônio Mariz — Beni Veras — Cid Sabóia de Carvalho — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Gérson Camata — Iram Saraiva — José Paulo Bisol — José Sarney — Lavoisier Maia — Mauro Benevides — Moisés Abrão — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores; gostaríamos apenas de abordar, rapidamente, a situação daquelas famílias mais carentes que lutam para adquirir a sua habitação, para abrigar seus próprios filhos, os seus dependentes.

É preocupante a situação dessas famílias de baixa renda, principalmente nas grandes capitais. Aqui no Distrito Federal, o Governador Joaquim Roriz criou um programa de assentamento para as pessoas carentes, que residiam nas invasões, debaixo dos viadutos, debaixo das pontes, a elas proporcionando condições mínimas para que pudessem abrigar a sua própria família.

Hoje, Sr. Presidente, estamos lendo nos jornais que o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, assinou decreto determinando que o Departamento de Terras da União fizesse um levantamento de todas as áreas disponíveis do Estado, para que, através de um programa criterioso, houvesse a redistribuição desses terrenos, visando às famílias mais carentes que não dispõem de habitação.

É realmente uma medida louvável do Presidente da República e que merece o nosso apoio, porque entendemos que Sua Excelência está cumprindo um preceito constitucional que é o Estado dar as mínimas condições para que um pai de família possa abrigá-la debaixo de um teto. Quando o Governador do Distrito Federal, através de um programa corajoso, criou assentamentos com as mínimas condições de habitabilidade, fez com que os governos de outros Estados voltassem a sua atenção para esse assunto, tanto que para cá têm vindo técnicos da área de habitação para conhecerem

o programa do Distrito Federal. Hoje, para nossa surpresa, o Presidente da República praticamente reconhece um programa equivalente ou parecido, e, dando prosseguimento na sua reforma patrimonial, Sua Excelência vem atender a essas pessoas que não dispõem de recursos nem de financiamentos para construir seu próprio lar.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com muito prazer, Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Valmir Campelo, respondendo pela Liderança do Governo nesta Casa, não posso deixar de me solidarizar com V. Exª, quando traz hoje pela manhã, da tribuna do Senado, um assunto que é demais importante para o povo brasileiro. Se fizermos uma pesquisa, verificaremos que ele deseja: moradia, segurança e alimentação. Senador Valmir Campelo, se os governos passados tivessem utilizado a política do Governador do Distrito Federal, acompanhando realmente a necessidade do povo brasileiro, não estaríamos, hoje, com um déficit de 17 milhões de casas. O maior crime praticado contra este País foi justamente o desvio do dinheiro do trabalhador para construções ricas. Veja V. Exª como começou o Banco Nacional de Habitação, banco popular para edificação de casas populares, como objetivo de resolver o problema de moradia do trabalhador e da classe média. Construíam-se palácios no Rio de Janeiro com o que havia de luxo neste País. Já, nesse caso, começou errado. Sabemos que, no período da ditadura militar, prédios de luxo foram construídos nas praias e nos lugares mais caros deste País à custa do BNH. Falo isso, Senador Valmir Campelo, e cito o que ocorreu quando eu ainda era prefeito de uma pequena cidade, a 20Km de Recife; aos 20 anos — talvez tenha sido o prefeito mais moço do Brasil naquela época — desapropriei uma área que pertencia a uma fábrica belga. Foi a maior desapropriação de zona urbana na Estado de Pernambuco em 1951. Quando se falava em desapropriação naquela época, o mundo vinha baixo, era considerado comunismo. Desapropriei 80 hectares de terra, e a loteei em terrenos de 10 por 20. Como as vendi, Senador! Dou um apoio tremendo, decisivo, a isso que o Governador Roriz está fazendo e o Presidente Collor está apoiando. V. Exª representa, à altura, o povo do Distrito Federal, porque tem a sensibilidade social de que o povo necessita. Quero dizer a V. Exª que desapropriei, dividi essas terras em 1.200 lotes e as entreguei ao povo. Como? Pessoalmente consultei as listas das fábricas e distribuí os lotes a um preço proporcional a renda e ao tamanho da família do operário. Um advogado de nome em Pernambuco fez um contrato, impedindo o operário de repassar, transferir ou vender esse terreno, durante 15 anos. Guardo esse contrato e terei o prazer de dar uma cópia a V. Exª. O operário pagava por esse terreno, naquele tempo, 100 mil réis por ano, e o resto pagava em 15 anos sem juros. Se V. Exª hoje for a essa cidade, verá que o lado esquerdo de quem vem de Recife é formado de casas construídas sem ajuda do BNH. Faziam as próprias caieiras, porque havia um bom barro naquele terreno. Eu, na prefeitura, comprava as matas. Fazia-se um mutirão; nos sábados e domingos, os operários construía suas casas. V. Exª sabe que se o operário ganha no bicho, se ele tem um dinheirinho, vai comprar o tijolo, vai comprar telha, pois quer construir sua casinha. Deveríamos ter, Senador, o banco de material — evitando a cartelização do material de construção — para vender, não para dar baratinho para o povo. Um milheiro de tijolo que

custa no comércio “x”, em grande quantidade, ao governo vai custar menos. Esse exemplo foi dado também pelo Governador Miguel Arraes, de Pernambuco. Graças a esse trabalho, Senador, à repercussão que teve nas zonas metropolitanas e operários de Recife, este Senador que lhe fala hoje saiu daquela pequena prefeitura e foi eleito, diretamente, Deputado Federal. Defendo, com todo o meu vigor esse plano do Presidente Fernando Collor no sentido de abrir os cofres da Nação somente para a construção de casas populares. É isso que temos que fazer. E V. Ex.^a muito bem cita, hoje, o Distrito Federal, graças ao trabalho proífico, sério, do Governador Joaquim Roriz, que tem o apoio de V. Ex.^a O povo está aprovando irrestritamente a administração social deste Governador. Parabéns a V. Ex.^a, Senador Valmir Campelo, por esse assunto de tamanha importância que V. Ex.^a traz ao Senado da República neste momento.

O SR. VALMIR CAMPELO — Nobre Senador Ney Maranhão, fico muito grato a V. Ex.^a pelas palavras elogiosas. V. Ex.^a tem trabalhado não só para o Estado de Pernambuco, mas também para o País desde quando foi um dos prefeitos mais jovens do Brasil. E eu, que tive também a oportunidade de administrar três cidades aqui em Brasília, considero que existe uma diferença muito grande entre popularidade e credibilidade. A popularidade é provisória. A credibilidade é permanente. Verifica-se a credibilidade de V. Ex.^a pelo respeito que o Estado e o País demonstram pela seriedade com que V. Ex.^a trata, nesta Casa, dos assuntos do seu Estado e do País. Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para concluir as minhas palavras, renovo a minha satisfação ao dizer que as construções populares que o Presidente Collor deseja fazer nos terrenos da União, para a população mais carente, serão financiadas com recursos do FGTS.

Dentro desta doutrina, medidas concretas como esta, com credibilidade, merecem como esta aplauso e a nossa admiração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de entrar na questão que me traz à tribuna, que é o problema do aumento da receita para pagar os 147% aos aposentados, segundo decisão do Supremo Tribunal, faço questão de ler, do começo ao fim, para o Senado da República, dois artigos que a classe política deve ler e meditar e que dizem o seguinte:

“A uma semana da reunião do FMI para aprovar a carta de intenções do Brasil (sem o que não haverá dinheiro para a retomada do desenvolvimento), o Congresso mantém o preconceito em relação ao aumento das contribuições para cobrir as despesas com as aposentadorias. A Justiça concede aos aposentados os 147% de aumento sem que o Executivo tenha de onde retirar os recursos. E o Legislativo tergiversa porque discorda do aumento das contribuições, além de ter indizível nostalgia da inflação ascendente (quando declina, deixa desinteressar).

Não faltará, num ano de eleição ainda que municipal, quem queira explorar o exaurido filão do preconceito em relação ao FMI na busca de votos incautos.

Vem literatura nacionalista e xenófoba por aí, mas a brincadeira desta vez tem custo político mais alto. Antes de aceitar o compromisso brasileiro, a entidade internacional quer saber — com toda a razão — como o governo absorverá as despesas que não figuravam entre as intenções com as quais se comprometeu.

O Tribunal de Contas da União confere os custos que o governo declara para calçar o pedido de aumento das contribuições, mas os deputados não se dispõem à solução, e sim ao agravamento das dificuldades. A representação que aí está põe o seu interesse político acima do interesse nacional, como já ficou demonstrado e se confirmará ao longo da tramitação do projeto de lei. A Câmara cuida de si, e, se o Estado não tem recursos, pior para o governo, como se ela pudesse lavar as mãos e a nação não dependesse do governo.

A Previdência, como sabem os que entram nas suas filas e os que prescindem dos seus serviços faliu e precisa de uma solução que não se resume ao fornecimento de recursos. Não adianta irrigar com o aumento de contribuição uma insaciável rede de corrupção institucionalizada. Chegou a hora de aposentar o próprio sistema paternalista e criar uma previdência social sem mania de grandeza, como esta que vem do Estado Novo e a Constituinte perfilhou à véspera da morte. O aumento dos aposentados é o aspecto financeiro de uma situação irremediável. A cobertura legal pedida pelo governo ao Congresso é um gesto para ganhar tempo, enquanto os parlamentares — que são de digestão lenta — assimilam os números da falência. Se acham que podem pegar carona nessa Previdência em greve de atendimento aos que a sustentam, estão redondamente enganados. Vão pagar mais caro do que aquela taxa de 75% de renovação parlamentar da última eleição.

Faliu por inteiro o paternalismo previdenciário. Os critérios que instituíram o sistema sobreviveram ao corporativismo de Mussolini mas não esperaram o fim do equívoco socialista soviético. Despediram-se com o aumento das despesas e o malogro das pequenas utopias insustentáveis. A megalomania do autoritarismo militar deu o golpe de misericórdia na ilusão de universalizar a proteção estatal indiscriminada: calculou que beneficiava 400 mil brasileiros do campo e, na hora de pagar a conta, verificou-se que eram 4 milhões. Ficou insustentável. E que dizer do irrealismo que foi passar toda a assistência médica pela Previdência?

Mais insensato ainda foi a Constituinte reduzir as contribuições, para agradar os assalariados, e aumentar os benefícios sem fazer a triagem de um número arrombado pelas fraudes. Não podia durar, e não durou. A verdade tocou a campainha e, embora com atraso vai entrar no Congresso. As greves que paralisam o atendimento médico e as filas de necessitados devem levar os deputados e senadores a pensar duas vezes antes de dizer a primeira frase que lhes venha à cabeça.

Os políticos, que são os últimos a se convencer, não podem mais sair pela porta dos fundos. A questão dos recursos para pagar os aposentados é uma gota d'água no exame das contas da Previdência, que faliu historicamente. O Congresso precisa ter em mente que o sistema de governo é presidencialista e, como tal, tem no presidente da República a sua mais importante

e mais responsável figura política. Os políticos são os representantes dos cidadãos, que pagam impostos e elegem tanto os governantes quanto os representantes. Deputados são representantes políticos, e não governantes. No presidencialismo, o Executivo governa, e não o Congresso, que tem poderes de legislar, mas não de se omitir da responsabilidade.

O Brasil tem a oportunidade de confirmar suas intenções submetidas ao FMI com uma decisão que valha pelo cumprimento da palavra escrita. É isto que o Congresso precisa entender em tempo, e, em seguida, debruçar-se sobre o problema sem pensar na próxima eleição, mas na perspectiva das futuras gerações que não podem, na hora de ir para casa, ficar sabendo que toda a contribuição de uma vida inteira é insuficiente para a subsistência, e que o atendimento médico e hospitalar não passou de miragem. A modernidade, que reserva à sociedade o papel de principal protagonista político, começará no momento em que os políticos sepultarem o paternalismo social que morreu e eles não perceberam. Descanse em paz.

Este artigo de fundo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é o retrato exato do que está acontecendo nesse momento na nossa Previdência; e o Congresso Nacional tem a grande responsabilidade, hoje, de resolver esse problema, que vem, durante anos, sendo "empurrado com a barriga".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabe-se do rombo da Previdência e da irresponsabilidade que, durante anos e anos, prevaleceu sem que os governos passados tivessem tomado alguns providência.

É a primeira vez, na história republicana deste País, que temos ladrões de colarinho branco na cadeia. E no Governo de quem? Desse Presidente que está sendo atacado por todos os lados. E atacado por quê? Porque mexeu em vespeiro, naqueles que viviam mamando nas tetas da vaca "mococa" há muitos anos.

A privatização aí está. Os governos passados não tiveram coragem de privatizar nenhuma empresa, nem mesmo as deficitárias como a Mafersa, que tinha um prejuízo de 200 milhões de dólares, mas bastava que o barbudo chefe da CUT, em São Paulo, desse um gritinho... Sr. Presidente, quem vai atrás de grito não acredita na vida e, mais ainda, é como o bacuri que grita demais, mas não tem jeito, morre mesmo!

É isso que está acontecendo neste País.

O Sr. Amir Lando — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Tenho o maior prazer em ouvir V. Exª

O Sr. Amir Lando — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Exª traz ao conhecimento desta Casa um artigo de suma relevância, publicado no *Jornal do Brasil*. Ouvi parte da leitura. Certos trechos, que V. Exª acaba de ler, impressionaram-me sobremaneira. Não há dúvida que aqui se retrata a crise real, da Previdência. Não é a crise falaciosa, não é a crise da mídia; não é, enfim, a crise com que se quer, mais uma vez, engodar o País, mas uma realidade nua e crua. A crise da Previdência se arrasta por décadas e cada vez mais se agrava — estão aí os escândalos, a corrupção e a impunidade. E V. Exª levanta uma questão que, neste aspecto, me faz parabenizar ao menos as intenções do Presidente Collor. Realmente, não é mais possível conviver com a impunidade, com as pessoas que assaltam o Erário e, no dia seguinte, se banqueteiam nas altas rodas.

O SR. NEY MARANHÃO — Esses são os maiores bandidos. São piores do que o bandido do morro, aquele que não tinha família e foi criado sozinho. Mas esses que estudaram, colocaram o anel no dedo para assaltar o povo brasileiro, esses são os piores bandidos, pois roubam conscientemente.

O Sr. Amir Lando — Concordo plenamente com V. Exª. Não podemos ter complacência com essa gente. E faço aqui um apelo para que essas idéias que o Governo vem alimentando sejam levadas às últimas consequências. Precisamos ver alguém na cadeia. É necessário, neste momento, a exemplaridade. É necessário que alguém comece a pagar isso e, sobretudo, devolva esse dinheiro ao povo brasileiro, porque esse dinheiro é sagrado, é dinheiro público. Temos que pensar a Previdência dentro desse contexto mais amplo. Temos, realmente, que pensar numa reformulação dita estrutural. Não é mais possível conviver com um sistema viciado, vício que não é de agora, mas que se arrasta por décadas. Por isso temos que repensar, reformular, enfim, estabelecer para este País uma previdência que realmente atenda ao usuário, e não que sirva, simplesmente, hoje, como uma gaiola de ouro, em que os dirigentes, como alguns apaniguados, como esses assaltantes que V. Exª acaba de anunciar, dividem o bolo.

Não há dúvidas, nobre Senador Ney Maranhão, de que a solução de emergência eventual não é definitiva. Estamos diante de um fato. No clamor nacional, há necessidade de pagar-se os 147%, que constituem meramente uma atualização dos proventos, nada mais do que isso. Precisamos cessar com o paternalismo que a Nação não suporta. Não podemos, sobretudo neste Plenário, fazer leis demagógicas.

O SR. NEY MARANHÃO — Numa ocasião, nobre Senador — quando V. Exª fala em lei paternalista — tive a oportunidade de, em um debate, (votiei, mas tenho algumas dúvidas sobre aquela lei votada aqui no Senado, de autoria do Senador Suplicy), repetir uma frase de um grande homem do Nordeste, sofredor, Luiz Gonzaga que falava sua linguagem simples através de seu instrumento de trabalho, sua sanfona. Sobre o paternalismo, ele dizia: "Esmola a homem são, ou o mata de vergonha, ou vicia o cidadão". Esse paternalismo tem que acabar, nobre Senador.

O Sr. Amir Lando — Exatamente. Na palavra do poeta Luiz Gonzaga, vemos toda uma realidade que se esconde por trás desse paternalismo, que não ajuda a construir uma Nação forte, uma Nação sadia, mas que gera dependências, vícios, que se vão transmitindo de geração a geração.

O SR. NEY MARANHÃO — Não completei a leitura do artigo, mas, hoje, toda a imprensa do País estampa nas primeiras páginas que o FMI adiou a assinatura da carta de intenção, aguardando a decisão do Congresso Nacional com respeito a esse problema do aumento aos aposentados. Esse problema, Senador, está em nossas mãos. Nós, Senadores, homens de cabeça fria, conhecedores profundos dos meandros deste País, dos seus trabalhos e da sua administração resolveremos esse problema sentados à mesa, colhendo dados, e não agindo emocionalmente, como as Lideranças da Câmara dos Deputados, que expediram nota dizendo que não tratavam da mensagem que Sua Excelência o Presidente da República enviou para a Câmara dos Deputados, numa situação de emergência. Não se discute decisão da Justiça, tem-se que cumprir; e o Governo remeteu, rapidamente, à Câmara dos Deputados, projeto para decidir em 48 horas. Pode conter erros, mas vamos consertá-los e não repudiar emocionalmente

o projeto. O Executivo é o Legislativo, Senador Amir Lando, tem que se entender para o bem do povo brasileiro.

O Sr. Amir Lando — V. Ex.^a levanta uma questão, nobre Senador, que realmente me preocupa: são essas decisões atabalhoadas do Colégio de Líderes, especialmente da Câmara dos Deputados. Não há dúvida de que é um Colégio espúrio, que infelizmente não representa o pensamento do Poder Legislativo, mas que tem, geralmente, imposto, por diversos artifícios regimentais, uma forma pouco lúdica de se legislar. E isso que vem ocorrendo no Colégio de Líderes está destruindo o conceito do Poder Legislativo brasileiro. O Colégio de Líderes, como tenho dito, é um grupo de extermínio do Poder Legislativo brasileiro, porque decide de forma emocional, atabalhoada, atribulada às vezes.

O SR. NEY MARANHÃO — Mais ainda, Senador, não convoca a Bancada, para tirar a média da sua posição.

O Sr. Amir Lando — Ninguém convoca nada. É exatamente um núcleo, um quisto ditatorial que hoje reside no Poder Legislativo. Tenho-me rebelado, e vou fazer deste mandato um constante libelo a essa atitude, porque não é essa a atitude de um Poder Legislativo. Porque somos a Nação, e a Nação não se resume a meia dúzia que decide às escondidas. Tudo isso é uma farsa, nobre Senador, porque na realidade o que se quer é buscar a média. Essas decisões, que parecem peremptórias, definitivas, visam apenas enganar o povo brasileiro. Depois se acertam. Eu entendo assim: uma vez tomada uma decisão consciente, uma vez sopesados os argumentos, temos que ser coerentes com eles. A coerência é o mínimo que se exige na atividade parlamentar. Mas tudo isso, como digo a V. Ex.^a, faz parte desse teatro da crueldade que se encena, neste País, sobretudo, no Poder Legislativo.

O SR. NEY MARANHÃO — No ano passado, durante almoço com o Presidente da República e vários Líderes, quando se tratou da eleição do atual Presidente Mauro Benevides, em que tomei uma posição favorável a S. Ex.^a — e não decidi errado, não me arrependo, e era Líder do Governo, àquela época —, disse ao Presidente da República, na presença do atual Líder Marco Maciel, do Líder Affonso Camargo, do Ministro da Justiça e, se não me engano, do Senador Hugo Napoleão, bem como do atual Líder do PTB que no Senado da República, Presidente Collor, não existe líder. O Senador é líder de si mesmo. Temos líderes aqui no Regimento. É por isso que me preocupo para que Vossa Excelência tenha maioria no Senado da República. Mas essa maioria Vossa Excelência tem que tratar, diretamente, com cada Senador. No Senado, homens que foram governadores, prefeitos, deputados federais em muitas Legislativas, não vão ouvir conversa fiada minha nem de Marco Maciel e de nenhum líder. Vota da maneira que achar conveniente. Temos líderes no Senado, regimentalmente.

V. Ex.^a tem razão Senador Amir Lando, a posição que tomaram na Câmara dos Deputados, unilateralmente, sem ouvir a maioria, é lamentável, muito ruim para o Legislativo, principalmente no momento em que se fala em parlamentarismo, que nas pesquisas, só empata com banqueiro, 3% nas pesquisas.

O Sr. Epitácio Cafeteira — V. Ex.^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. NEY MARANHÃO — Logo que o Senador Amir Lando termine o aparte, terei muito prazer em ouvir o ex-Governador do Maranhão e meu amigo da velha guarda, ex-Deputado, Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Amir Lando — Nobre Senador Ney Maranhão, o Poder Legislativo, diante de um fato, diante de uma emergência, deveria buscar uma solução. É evidente que solução não significa a adesão à proposta governamental.

O SR. NEY MARANHÃO — Correto.

O Sr. Amir Lando — Isso deve ser deixado bem claro aqui e agora. Estou convicto de que temos de dar uma solução transitória e, em seguida, nos debruçarmos, em profundidade, com conhecimento, em busca da verdade, em busca do concreto e do real, não em uma confraria de meia dúzia para alvitrar uma solução que, geralmente, é falaciosa e nada tem a ver com a realidade. Temos que buscar a solução no real e no concreto; volto a dizer: temos de ouvir, de aprender, de sair daqui de dentro, ir às ruas, ir às filas do INSS ver o que o povo está sofrendo e decidir, a partir desta realidade, não apenas olhar pela televisão. Quero mais. Quero conversar com essa gente para saber os dados reais do sofrimento do povo brasileiro, dos filiados da Previdência. É isso de que precisamos, conhecer o problema de baixo para cima e não fazermos de conta que estamos legislando e, ao contrário, ditarmos normas inúteis, impróprias, infrutíferas, injustas, inoportunas e que servem apenas para complicar a vida do cidadão e não para libertá-lo e auxiliá-lo. Nobre Senador, parabeno V. Ex.^a pela leitura que fez desse artigo, trazendo-o ao conhecimento do Senado da República, e pelos oportunos comentários que faz a esse respeito.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado a V. Ex.^a, mas o seu aparte esclareceu muito neste pronunciamento, que considero de importância para alertar a Nação e, principalmente, o Congresso Nacional, para estar à altura dos problemas, cuja solução o povo brasileiro lhe confiou. Agradeço a V. Ex.^a.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer, ouço V. Ex.^a.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex.^a, meu amigo particular, tem, na realidade, tarefas muito difíceis. Aliás, sempre foi constante na vida de V. Ex.^a transportar fardos pesados. Agora, está encarregado de ajudar a carregar esse pesado fardo das dificuldades do governo. Assim como mais de uma vez disse da tribuna desta Casa, até em declarações a jornalistas — receio até de estar cometendo um erro —, que estamos entregues ao FMI, que é o FMI quem tem ditado todas as normas. E continuava preocupado de estar cometendo um erro ao dizer que a diretora do Ministro Marcílio Marques Moreira não era de S. Ex.^a mesmo e sim do FMI; que a Ministra Zélia saía muito mais por ter confrontado os nossos credores do que por suas paixões no Governo. Mas, hoje, quando V. Ex.^a assomou à tribuna — eu presidia a sessão naquela hora —, e começou a ler o editorial do *Jornal do Brasil*, onde se confirma tudo aquilo que eu dizia — e V. Ex.^a endossa, ao ler para transcrever, ou seja, que o FMI não resolve nada da nossa carta de intenções enquanto não cumprirmos a determinação de transferir para o trabalhador as despesas da Previdência Social — fiquei pensando: por que D. Pedro I, no dia 7 de setembro, deu um grito e disse: "Independência ou Morte"? Acho que foi um grito muito mais de marketing, porque independência não existe enquanto houver subserviência para aceitar o que

devemos. Na realidade, este País, quando começou a dever, começou a caminhar como um caranguejo. Hoje, estamos nesta situação de recessão, de empobrecimento. Lembro-me que Tancredo Neves e todos os outros políticos que partiram para dirigir este País diziam sempre: "O Brasil não vai pagar a dívida externa com o suor do seu povo". Não está pagando com o suor, está pagando com o sangue. Há muita gente morrendo de fome, morrendo na porta dos hospitais, morrendo porque não tem emprego, morrendo vítima da violência daqueles que querem ao menos um pedaço de carne para levar para casa para os seus filhos comerem. A situação do Brasil é uma das mais tristes; é triste porque o povo sofre, e é triste porque acontecem coisas como a que nós vimos agora — e o jornal de hoje dá conta: o Embaixador da Argentina dizer que a corrupção naquele país até que não é grande, grande é no Brasil. A macrocorrupção que existe é no Brasil. Quem nos diz isso é o pessoal da Argentina, que passou por um processo também de corrupção muito grande, tendo ido, como nós, para o noticiário internacional. Nobre Senador, olhe V. Exª com a amizade que sempre tenho,...

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, a recíproca é a mesma.

O Sr. Epitácio Cafeteira — ... com o respeito de ver um nordestino carregando uma bandeira difícil e pesada...

O SR. NEY MARANHÃO — Na qual eu acredito, Senador.

O Sr. Epitácio Cafeteira — No qual V. Exª acredita, mas que, se pudéssemos resumir em poucas palavras, nós diríamos: "o projeto do Governo, como disse o Senador Amir Lando, não foi examinado ainda pela Câmara..."

O SR. NEY MARANHÃO — Mas tinha a obrigação de ser.

O Sr. Epitácio Cafeteira — ... porque o conselho de Líderes resolve e está resolvido, está encerrado. Estou de acordo com S. Exª. Mas se fosse resumir esse projeto do governo, eu diria: "Esse é um projeto do FMI, e querem nos obrigar a votá-lo. Se o FMI ou os editorialistas de jornais, como o *Jornal do Brasil*, acham que estão certos, que venham para o nosso lugar, que se candidatem ao Senado da República, que nos substituam, porque enquanto eu tiver a representação do povo do Maranhão, não vai ser nenhum jornal, não vai ser o FMI e não vai ser ninguém, senão o povo daquela terra, que me dirá o caminho a seguir. E esse caminho haverá de ser o da independência, da certeza de que este País, por mais dificuldades que atravessa, há de encontrar o seu rumo, se não neste Governo, num governo que possa vir, no presidencialismo ou no parlamentarismo".

O SR. NEY MARANHÃO — Vai ser encontrado neste Governo, Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Precisa haver humildade do Executivo e do Legislativo.

O SR. NEY MARANHÃO — E disso o Presidente da República tem dado prova.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Ney Maranhão, o Presidente da República tem falado muito, mas a sua atitude não corresponde às suas palavras. O Presidente fala em diálogo...

O SR. NEY MARANHÃO — Sua Excelência erra, mas tem acertado muito mais, Senador Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira — ... mas Sua Excelência quer apenas dizer o que pensa e quer que nós, no diálogo, nos limitemos a dizer: "Sim, Senhor Presidente." Isso é muito difícil. O Presidente quer fazer agenda de consenso: Sua Excelência entra com a agenda e nós, parlamentares, entramos com o consenso. Eu acho que nunca houve — talvez tenha havido durante o período de Monarquia — um Presidente da República que tenha se isolado tanto do Congresso. V. Exª mencionou que, num almoço com o Presidente da República, V. Exª disse isso ou aquilo. Mas nesta Casa, de 81 Senadores, talvez não tenha 15 Senadores que tenham almoçado um dia com o Presidente da República. O Presidente faz questão de se isolar e na hora em que se isola, quer chorar o seu isolamento. Não! Nós não isolamos o Presidente. Sua Excelência é que se isolou dentro de um sistema muito próprio. E se o fez, é porque realmente quer governar isolado. Eu respeito o pensamento de Sua Excelência.

O SR. NEY MARANHÃO — Discordo de V. Exª nesse ponto, Senador. O que houve neste País foi uma eleição solta. O povo deste País fez uma revolução pelo voto. Eu me orgulho de ter sido o primeiro Senador a apoiar o Presidente da República.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Senador, no segundo turno votei no Presidente da República.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador, o Presidente da República foi eleito sozinho. Uma parte da classe política o acompanhou no segundo turno, porque sabia que a direção do povo brasileiro era a renovação dos costumes políticos deste País. V. Exª sabe que o PMDB e o PFL fizeram uma aliança democrática; um casamento sem amor. O PMDB tinha 21 governadores e 65% dos prefeitos e o PFL tinha um governador e quase o restante dos prefeitos. Eles se aliaram e o povo brasileiro viu, naquela época, que aquela aliança estava errada. Devia ter havido uma eleição direta, não aquela eleição indireta na qual os dois se casaram e dividiram este País.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Mas a culpa é do Governo.

O SR. NEY MARANHÃO — Foi o povo brasileiro que começou a dar respostas a esses dois grandes partidos nas eleições municipais, quando os pequenos partidos elegeram os prefeitos das capitais. Esse foi o primeiro sinal de que o povo não estava satisfeito com aquela aliança entre o PMDB e o PFL, no Governo do Presidente Sarney. E veio depois o troco: o PMDB, com um homem como Ulysses Guimarães, a quem considero o Churchill brasileiro — daquela tribuna, avisei S. Exª: não se candidate à Presidência da República. Lembre-se de Churchill que ganhou a II Guerra Mundial, mas perdeu as eleições na Inglaterra —, e o PFL, com Aureliano Chaves, um exemplo de respeito, um homem de seriedade deste País, teve quase menos votos do que o Dr. Enéas. O Sr. Ulysses Guimarães sofreu uma derrota de 7% do eleitorado brasileiro. Isso ocorreu por causa da má administração da aliança desses dois Partidos que o povo brasileiro não tolerou. Veio, então, a renovação dos costumes, através do Presidente Fernando Collor de Mello.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador, V. Exª não está respondendo a minha pergunta. O meu querido amigo está inovando o seu discurso. Em função dessa declaração, posso dizer a V. Exª, primeiro, que votei no Presidente Fernando Collor de Mello; segundo, mobilizei os meus amigos na eleição de Sua Excelência.

O SR. NEY MARANHÃO — V. Ex^a já estava decidido a mudar os rumos políticos deste País.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Não estava tão decidido. O candidato Fernando Collor de Mello — deixemos bem claro isso — não apresentou o programa eleitoral à época da sua candidatura. O candidato lia e discursava o que o IBOPE dizia que o povo queria ouvir. O programa que Sua Excelência apresentou não previa prender o dinheiro da Caderneta de Poupança do povo.

O SR. NEY MARANHÃO — Está sendo devolvido agora, Senador Epitácio Cafeteira. Tem muita gente rica com dinheiro guardado.

O Sr. Epitácio Cafeteira — No período das eleições, Fernando Collor de Mello dizia que se Lula fosse Presidente da República iria prender a poupança do povo brasileiro, quando, na verdade, quem fez isso foi ele próprio. Veja que essa revolução do povo foi contra a corrupção, mas ela está aí, nos guarda-chuvas, nas mochilas, nas bicicletas, em tudo.

O SR. NEY MARANHÃO — O Presidente da República está tentando moralizar este País. É preciso colocar o ladrão de colarinho branco na cadeia. Isso está sendo apurado no Governo do Presidente Collor de Mello.

O Sr. Epitácio Cafeteira — O Ministro da Saúde disse agora, por exemplo, que a firma do Paraná tinha sido contratada antes do Governo atual. Não é verdade, foi contratada em setembro de 1991.

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão o Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede aos nobres Senadores, ao orador e ao apartante, que obedeçam ao rito regimental, sem o que a Taquígrafia não procederá ao apanhamento da intervenção e do brilhante pronunciamento do orador.

O Sr. Epitácio Cafeteira — De minha parte, Sr. Presidente, realmente peço desculpas. É uma conversa entre dois nordestinos...

O SR. NEY MARANHÃO — É como talo de macaxeira, "por dentro", mas sabemos como sai.

O Sr. Epitácio Cafeteira — O nobre Senador Ney Maranhão sabe o quanto lhe quero bem, preocupado que estou que S. Ex^a não fique arreado de carregar o peso que está carregando hoje.

O SR. NEY MARANHÃO — Ando 12 quilômetros por dia, Senador, e treino judô aqui nas sextas-feiras. Esse peso para mim é leve.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Admiro a coragem e o esforço de V. Ex^a, mas volto a dizer: o Presidente foi eleito verberando contra o Governo, o Governo que ele dizia: "Na hora que passar a faixa vou prender". E vim aqui para descer com o então Presidente Sarney a rampa do Palácio para ser preso com ele. E Sua Excelência não prendeu, pelo contrário, pegou um helicóptero e foi para Pericumã tomar a bênção ao ex-Presidente. Essa é a realidade: o candidato foi um, o Presidente é outro. A fala do Presidente é uma, a fé é outra. Eu gostaria que o Presidente...

O SR. NEY MARANHÃO — Senador, permita-me; como seu Líder, seu amigo e homem que o apoiou na primeira

hora, estou discordando dessa parte que Sua Excelência falou agora sobre o parlamentarismo.

Sou presidencialista, não acredito no parlamentarismo. Daqui a vinte anos, isso poderá acontecer neste País. Um País em que o Partido político hoje tem a mesma credibilidade de banqueiro junto ao povo, que é de 3%. A nossa Constituição foi aprovada dentro de uma ótica do mundo — o mundo do Muro de Berlim, do Leste europeu, da máquina gorda do Estado, das criações das estatais, na qual o corporativismo vivia mamando nas tetas da vaca Mococa, em que o País desviava 7 bilhões de dólares, como desviou o ano passado, para sustentar essa máquina inoperante, que tem que ser operada pela iniciativa privada.

E eu, Senador, V. Ex^a sabe que sou o homem que mais ataca os oligopólios deste País. Continuo a chamar o empresário Antônio Ermírio de Moraes, como aquele que tem a cara de anjo e o coração de cão quanto à cartelização.

Vou apresentar um projeto aqui, porque, como V. Ex^a sabe, eu mostrei desta tribuna que toda a nossa economia está cartelizada, desde o problema do campo até ao abastecimento à grande e à média empresa.

Vou apresentar um projeto lembrando Agamenon Magalhães, aquele projeto que o grande Assis Chateaubriand chamou de a Lei Malaya. Porque não adianta, Senador, multar o Sr. Antônio Ermírio em 500 milhões, a Brastemp em 300 milhões e o Sr. João Santos em 500 milhões, porque eles dizem: vamos pagar. Eles pagam e aumentam o preço dos seus produtos.

Na verdade, somos nós que pagamos a conta.

Temos que apresentar um projeto sério Senador. Estou estudando tudo sobre as cartelizações, os trusts, nos Estados Unidos, porque lá, quem pratica o cartel está sujeito a multa e chave de cadeia. Toca o dedo e vai fazer um "curso de leão". Nós tínhamos que apresentar um projeto desses aqui, para que o Congresso o aprove, porque essa gente, quando tiver a certeza de que quando praticar o cartel vai fazer um "curso de leão", vai pensar duas vezes antes. Sou um homem que defende o "povão", defende a economia. Estamos em outro mundo, Senador. O problema não é do FMI. O problema é que o FMI, neste momento, Senador, não está exigindo, está aguardando a posição que o Governo brasileiro está tomando, em função da inflação. V. Ex^a sabe que desde o tempo do Governo Sarney até hoje estamos sem contato com a área econômica internacional. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, esse acordo que fizemos aqui, do atraso dos juros, quando esperávamos que entrasse, neste País, dois ou três bilhões de dólares, entrou quatro vezes mais. Este País precisa de investimentos externos porque os grandes capitais internacionais, que iriam para o Leste europeu, para a União Soviética, não foram, estão esperando essas nossas decisões para que o dinheiro venha para cá. Eu estarei viajando, Senador, no dia 27, com o Governador de Pernambuco, com o Superintendente da Sudene. Nós vamos a um paizinho menor do que a Paraíba, que hoje tem a maior reserva cambial do mundo — não é o Japão, é Formosa, que em proporcionalidade a sua população, que é de 20 milhões de habitantes, tem 86 bilhões de dólares. Querem investir no Nordeste, Senador, produzindo açúcar. Querem investir na sua terra, querem todo o nosso Nordeste, mas temos que abrir o capital, temos que mudar esse sistema, a nossa Constituição. Veja, agora, V. Ex^a, esse problema da Previdência com os 147% de aumento. Os constituintes de 88 diminuíram as contribuições para

fazer média com os assalariados e, ao mesmo tempo, aumentaram os benefícios.

O Sr. Eptácio Cafeteira — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador, já terminei esta minha colocação e, em seguida, ouvirei V. Ex^a

Nobre Senador, se V. Ex^a examinar direito a nossa Constituição, V. Ex^a verá que ela tem 78 artigos de direitos, 46 de garantias, 4 de deveres e não tem um e meio de produtividade. Temos que mudar essas coisas e o Congresso é sábio para não contrapor...

O Sr. Eptácio Cafeteira — Nobre Senador, aproveitando a afirmação de V. Ex^a, eu fui à reunião dos homens do Governo, aqui, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — convocado que fui pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. Saí daqui, deixando a Presidência da Casa e fui para lá assistir, primeiro, a chegada dos homens do Governo à prestação. Primeiro, chegou o Secretário de Política Econômica, Dr. Roberto Macedo; depois, o Presidente do INSS, Dr. José Arnaldo Rossi, e, por último, o Sr. Consultor-Geral da República. E comecei a ouvir aquela conversa. Já estava, é verdade, um pouco irritado com a falta de consideração deles pela maneira como chegaram. O Senado se reuniu e os homens do Governo chegaram quando quiseram. Mas houve uma frase do Secretário de Política Econômica que me revoltou a ponto de eu me retirar da reunião. Quero citá-la aqui no plenário porque muita gente não entendeu porque me levantei. Questionado sobre a contribuição do Governo para a Previdência — porque a contribuição deve ser tripartite — do empregado, do empregador e do Governo, e o Governo até hoje não deu nenhum centavo desde que a Previdência foi fundada —, sabe o que S. Ex^a respondeu sobre o débito do Governo junto à Previdência: “Isso é uma dívida hipotética”. E, sendo hipotética, como o Governo nunca pagou, ele não quis discutir. É verdade que quando tiram os recursos da Previdência para obras como Itaipu e outras do Governo, é uma retirada real. Então, eu me recuso a debater com um Governo que afirma que as suas obrigações não cumpridas são hipotéticas. Agora, a do trabalhador não é hipotética, ele tem que dar tudo, o Governo entra somente com a ingerência na Previdência e desviando o dinheiro aqui e acolá. Se o Governo não tem condições de gerir a Previdência, que a entregue aos seus legítimos proprietários: os trabalhadores brasileiros. Eles que, bem como os empregadores, têm contribuído. O Governo não, ele tem somente gerido e mal a Previdência Social. Era o que gostaria de acrescentar ao discurso de V. Ex^a quando fala que o Congresso deu um percentual menor. Esperávamos que o Governo desse o seu percentual e ele não o fez. Era esse o aparte que tinha ao discurso de V. Ex^a

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Eptácio Cafeteira, o nosso debate é muito interessante na medida em que o aparte de V. Ex^a enriqueceu este pronunciamento que estou fazendo neste momento. Ele mostra a realidade da Previdência Social no Brasil. Saiba V. Ex^a que essa responsabilidade do que está acontecendo hoje na Previdência Social veio cair nas costas do Presidente Fernando Collor de Mello. Esses erros, essas irresponsabilidades já remotam há longo tempo. Veja V. Ex^a que só na área do Rural, o Presidente Fernando Collor de Mello já suspendeu quase trezentos mil benefícios que estavam sendo pagos indevidamente. Por que os governos passados, Senador Eptácio Cafeteira, não tomaram as provi-

dências cabíveis? Tendo em vista essa série de problemas que angustiavam o País, houve necessidade, nobre Senador, de o povo brasileiro responder através das urnas, elegendo um Presidente da República, homem de um Estado pequeno, sem nenhum referencial econômico-financeiro, cujas propostas assumidas nos palanques, do Oiapoque ao Chuí, serão cumpridas se Deus quiser, porque o povo brasileiro está acompanhando passo a passo o trabalho que Sua Excelência está fazendo.

O Congresso Nacional, pela sua maioria, independente de Partido político, com relação a esse assunto, até agora, nesses quase dois anos de governo, tem dado a sustentação necessária. Eu reconheço isso.

Também há o apoio que as pesquisas apontam, por exemplo, com relação ao problema da privatização.

Quando se falava em privatização, neste País, isso era um pecado mortal.

Havia pessoas que acompanhavam, que mostravam e que não aceitavam, querendo que a máquina fosse cada vez mais inchada, e o Presidente mostrou logo a sua disposição, dizendo: “Vou privatizar logo a empresa que dá mais lucro, para mostrar que este Governo vai assumir o compromisso de enxugar essa máquina.” E privatizou a estatal Usiminas.

Tive ocasião, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de ouvir do Senador de Minas Gerais, Ronan Tito, num aparte que ficou guardado na minha memória, que o prejuízo que a Usiminas deu ao Estado de Minas Gerais, apenas com relação ao ICM, ultrapassou 2 bilhões de dólares, importância essa que poderia ser investida na educação e na saúde do povo de Minas Gerais.

E por quê? Porque essa era a diferença dos incentivos que o Governo Federal dava a esses elefantes brancos, como é o exemplo da Siderbrás.

E quem “mamava nesse peito da vaca mococa”, Sr. Presidente? Era o Dr. Ermírio de Moraes, eram os oligopólios, esses cartéis que são o cancro que existe neste País.

Precisamos apresentar um projeto — e como disse ao Senador Eptácio Cafeteira, irei apresentá-lo enxuto! Vou conversar com os melhores advogados, junto ao Governo, para que, quando esse projeto for apresentado aqui, no Congresso Nacional — e através dele, será reverenciada a memória de Agamenon Magalhães, pernambucano, o maior líder do Nordeste — essa gente que carteliza e suga o sangue do povo brasileiro sinta o problema. Tive ocasião de falar nesta tribuna que quatro empresas neste País controlam o ranking de 56% das vendas em todo o setor da economia brasileira.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Ney Maranhão, a promessa que V. Ex^a faz está perfeitamente condicionada a sua atuação no Senado Federal, como também a preocupação exibida esta manhã, na reunião do Senado Federal, é bem capaz de denotar o tipo de conduta de V. Ex^a aqui, no exercício do seu mandato. Esse assunto é da maior importância, mas é talvez um dos temas mais proibidos no País, muitas pessoas o temem como se teme, igualmente, a condição do narcotráfico. Muitas pessoas têm medo de abordar a prostituição infantil, o lenocínio. Há muita coisa irregular neste País que exigem, acima de tudo, um desligamento de determinadas condições éticas e comportamentais para que a aborda-

gem seja mais ampla e mais perfeita. Esse assunto é importante. O monopólio de determinados setores do País, o poder aumentar ou diminuir os preços, o poder brincar com o poder aquisitivo, o poder jogar com a preferência da sociedade, tudo isso é muito grave. Ademais quando sabemos, hoje, que a mídia é capaz de dirigir a sociedade, não apenas no campo aquisitivo, não apenas nos bens de consumo, mas também nas preferências seletivas que influem na existência dos partidos políticos do País. Temos visto que a mídia se insere, de certo modo, dentro de um quadro que merece também a observação de V. Ex^a. Tudo isso deve ser perfeitamente observado. Acredito que o projeto de V. Ex^a, além de ser muito corajoso, será muito oportuno e bem condizente com os cuidados atuais que todos os brasileiros têm com o destino da Nação. V. Ex^a tem meu apoio à solução que pretende adotar em proposição, perante esta Casa.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Quero que fique bem claro, não sou contra as grandes empresas. Pelo contrário, admiro o grande empresário. Prova disso, Senador, é que homenageei, e digo isso em todos os quadrantes deste País, o exemplo de empresário pesado, empresário firme, forte, que acreditou principalmente no Nordeste, homem que elogiei e homenageei com o apoio da maioria dos Senadores, o Deputado e ex-Senador José Dias Macêdo. Um grupo que controla uma parte do trigo deste País, mas não carteliza. Não se senta à mesa para, como sangues suga, tirar o sangue do povo brasileiro. Quando houve a abertura da comercialização do trigo, posso dar um depoimento, pois estive com o ex-Senador José Dias Macêdo, que, preocupado, me disse: "Meu amigo Ney Maranhão, quem sofrerá com essa abertura da competitividade do trigo é o nordestino, porque o trigo está no Sul e o custo para fazê-lo chegar ao Nordeste fará o seu povo sofrer."

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — É evidente que os grandes empresários são louvados e louváveis, porque conseguir ser grande num país onde a economia sempre claudica é sinal de habilidade e de competência. Mas, daí para cartéis há uma grande diferença, daí para um domínio ilícito, para um comportamento antipovo e anticonsumidor há uma grande diferença. O que criticamos é o empresário médio, pequeno ou grande que se utilize de métodos escusos para sua manutenção e crescimento. Não interessa, evidentemente, a dimensão. Os que têm grande dimensão merecem os nossos aplausos, e V. Ex^a dá um exemplo magnífico do Ceará, que é o do ex-Senador José Dias de Macêdo. Este realmente é um homem digno. Eu era menino e o conhecia como pequeno comerciante, revendedor da Willys Overland, quando ele ficava diante do seu estabelecimento, ele próprio atendendo a sua clientela, vendendo aqueles jipes que custavam aproximadamente Cr\$ 40 mil e que depois passaram a mais ou menos Cr\$ 70 mil.

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador, ainda hoje na entrada de seu escritório, há como referencial, como uma bandeira representando o seu começo para ser um grande empresário em seu Estado, um pequeno jipe que ele guarda com grande carinho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — É realmente um homem extraordinário. E V. Ex^a que já o homenageou, com o meu aparte volta a fazê-lo agora por essa lembrança digna de um bom pernambucano na homenagem que presta ao Estado vizinho.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado a V. Ex^a. Esse seu aparte contribuiu muito para engrandecer o meu pronunciamento. Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, continuando, quero ler o segundo artigo, do *Diário de Pernambuco*, que saiu também em quase todos os jornais nacionais — do jornalista Carlos Chagas, e sobre o qual depois farei algumas considerações:

"Brasília — A Câmara dos Deputados começou a discutir, ontem, o projeto de lei do Governo que aumenta as contribuições previdenciárias. O texto foi para as comissões técnicas que, teoricamente, poderão pronunciar-se antes do final da semana. A pergunta que se faz é como ficará a Previdência Social se deputados e senadores rejeitarem o projeto, sem apresentar alternativas. E a resposta é, no mínimo, alarmante: sem dinheiro para pagar os 147% de aumento dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo, o Governo poderá deixar a Previdência Social insolvente. Falida. Emitir não será solução, primeiro porque a emissão está proibida. Depois, porque repercutiria imediatamente nos índices da inflação.

Enquanto há tempo, portanto, haverá que meditar. O projeto é ruim? É. Descarrega sobre o lombo dos assalariados mais uma conta a pagar, atingindo também as empresas. Além do mais, cria uma contribuição extemporânea sobre os vencimentos dos próprios aposentados, inclusive atingindo os que recebem salário mínimo e não foram, agora, beneficiados pelos 147%.

Mas, seria papel do Congresso simplesmente rejeitar o que lhe parece injusto? Dizer não e cruzar os braços, ou lavar as mãos, imaginando que o problema não lhe diga respeito?

Nesse caso, a vaca iria para o brejo, e o importante a ressaltar está na responsabilidade solidária do Legislativo. Porque ele também é poder público e, da mesma forma que o Executivo, cabe-lhe empenhar-se na solução de todas as questões nacionais. Especialmente esta, aguda, que ameaça deitar por terra os sacrifícios feitos até aqui pela população, na busca da estabilidade econômica.

O que poderia fazer o Congresso? As idéias começam a surgir. O governador Leonel Brizola aventou a fórmula clássica: aumentar o imposto de renda dos potentados, daqueles que, através de artifícios e malandragens, costumam pagar menos do que os assalariados comuns. O PT, ainda que estrilando a mais não poder, levantará a possibilidade de agilização e votação imediata do imposto sobre grandes fortunas.

Haveria que sistematizar as saídas. Aumentar o ônus das empresas parece inócuo, além de cruel. Elas se encontram no sufoco, envolvidas com mais de 50 diferentes formas de taxaço. Dos assalariados, nem pensar, muito menos dos próprios aposentados.

Que tal taxar o supérfluo? Sugerem os tucanos, ainda que meio sem determinação. Poderia estar aí a solução. Quem tem uma casa, ou um apartamento, quem sabe até dois, vive no limite final, mas aqueles grandes proprietários de cem, duzentos ou até mil unidades, não deveriam ser chamados às falas? A propriedade rural também deve comparecer. Por que não incentivar a votação do projeto que taxa em profundidade as terras improdutivas? Ou adotar de uma vez por todas

o imposto de herança, mas da forma dura como se faz na Europa democrática? Será preciso falar do cidadão que dispõe de aviões particulares, lanchas, helicópteros e verdadeiras frotas de automóveis, sem ser empresário do setor de transporte? Mas tudo isso pertence a empresas, das quais marotamente ele é apenas sócio? A Receita Federal terá seus mecanismos de apuração das coisas.

E daí para a frente. Chegou a hora de se tirar de quem realmente pode dar, numa espécie de verticalização natural e necessária. A Imprensa tem se empenhado, de uns tempos para cá, na publicação de verdadeiras aberrações econômicas, ou seja, revelando quem dispõe, em casa, de vinte aparelhos de TV, quinze vídeos, trezentas camisas e assim por diante. Essa fauna é que precisa ser chamada à ordem, os conhecidos e, principalmente, os que permanecem na moita. E não se poderá dizer, em momento algum, que uma ação assim irá contrariar a filosofia do social-liberalismo, da modernidade ou da livre concorrência. Ganhar, sim, mas taxar, por que não?

Parabenizo o jornalista Carlos Chagas por esse magnífico artigo que, aliás, está dentro da linha do projeto que devo apresentar combatendo os cartéis. Logicamente, estão nas mãos do Congresso as soluções que devem ser levadas a efeito a longo prazo. Quando o Presidente remeteu à Câmara dos Deputados esse projeto, Sua Excelência estava determinado a não discutir a decisão da corte de justiça mais alta, o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, Sr. Presidente, digo aos políticos que têm o sexto sentido que estamos em uma posição um pouco delicada, porque as eleições municipais estão à porta. Não podemos nos furtar de dar uma decisão, mesmo que ela nos traga prejuízo eleitoral. Quero lembrár neste momento a esta Casa, e principalmente à Câmara dos Deputados, a Medida nº 296, que simplesmente a Câmara derrubou, pelo motivo de não ter incluído, naquela época, dois mil e poucos funcionários. V. Ex.^a devem estar lembrados, porque tenho certeza de que a maioria desta Casa não sofre de amnésia, que os funcionários públicos se revoltaram e procuraram mostrar que o erro da Câmara dos Deputados em ter derrotado aquela Medida veio de encontro ao bolso dos funcionários públicos, que começaram a bater às portas do Congresso. A solução para o que o Tribunal determinou está nas mãos do Congresso. Mas se essa lei é feita, vamos melhorá-la, vamos nos sentar à mesa e ver por onde podemos resolver o problema, se pode haver corte no orçamento. Acredito que não haverá outra saída, a não ser a taxação. Vamos ser obrigados a aprovar essa taxação, talvez não a que o Governo mandou, pode ser menos, podemos cortar linearmente o Orçamento. Vamos cortar tudo direitinho porque, do contrário, Sr. Presidente, Srs. Senadores, virão cobrar aqui em Brasília não em frente ao Palácio do Planalto, mas em frente ao Congresso Nacional. São milhares e milhares de aposentados que vêm cobrar dos Srs. Deputados e Srs. Senadores o pagamento dos 147%. "Não adianta chiar porque quem chia é porco e morre".

Temos que solucionar o problema. O Presidente da República teve suas razões, não podia de maneira nenhuma convocar os Líderes para tratar do modo pelo qual mandaria esse projeto. Até que se convocasse esses Líderes, o tempo estava se esgotando e quem ia ser cobrado era o Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma prova de que o Presidente da República não tinha nenhum interesse em convocar

o Congresso era que um dos seus líderes estava na China, o outro em Portugal e o seu primeiro vice-Líder ia viajar quinta-feira passada. Não havia nenhum motivo para convocar o Congresso Nacional.

Dentro dessa linha, temos o problema da Carta de Intenção. O Governo está em constante luta, pois, há 3 ou 4 anos o Brasil está fora da economia internacional, fora dos financiamentos. Para V. Ex.^a ter uma idéia, haverá inúmeros benefícios para este País que advirão em decorrência da aprovação do acordo da dívida, que foi a melhor negociação dos juros atrasados feita neste País, realizada agora no Governo do Presidente Collor.

O Ministro Marcílio Marques Moreira esperava entrar, indiretamente dois ou três bilhões de dólares, mas entraram mais de 12 bilhões de dólares nas bolsas de valores e nas empresas de todos os setores deste País. Haja vista que na hora que assinarmos essa Carta a área financeira internacional, que não investiu no Leste europeu nem na União Soviética, vai investir no Brasil, porque o potencial econômico deste País não pode ser comparado ao da Argentina nem ao do Uruguai. Basta dizer que a população do Uruguai representa a taxa de nascimento relativa a um ano no Brasil. A indústria argentina é uma indústria antiquada, a nossa indústria é de tecnologia.

O que existe, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é uma campanha organizada contra o Presidente da República, uma campanha organizada pelos cartéis, por aqueles que foram contrariados nos seus interesses. Veja V. Ex.^a — e só não acredita quem é radicalmente contra a posição do Presidente da República — o dólar paralelo, hoje, está igual ao dólar comercial. Por que, Sr. Presidente? Porque os donos desses cartéis, esses empresários que viviam mamando nas tetas da Nação, no BNDES, através dos incentivos fiscais, recebiam o dinheiro e mandavam os dólares para fora, afora os juros, que estão altos — e vão continuar assim para evitar que se tome dinheiro no BNDES, dinheiro do Governo — esses empresários têm que trazer os dólares de lá para cá a fim de honrar os seus compromissos, pagar os seus operários, porque sabem que este Governo não vai abrir mão de sua política econômica. Quando o Presidente Collor diz que "o empresário que não tiver competência quebre e monte uma quitanda", quer dizer exatamente que está protegendo o erário público, está protegendo o trabalhador brasileiro. Tenho certeza, Sr. Presidente, como Líder do Governo, como homem que acredita nesse Presidente, que a classe política terá juízo; e acredito porque tenho 40 anos na vida pública.

Todos os partidos independentes, qualquer sigla partidária vai, ter um caminho, vamos ter uma solução. Este País espera de suas autoridades, espera deste Congresso soluções concretas para a solução dos problemas graves que atravessamos. E o Presidente Fernando Collor, que tem menos de dois anos no poder, tenho certeza, irá sair ao fim do seu mandato de cabeça erguida, reverenciado pelo povo brasileiro, porque está lutando com suor, sangue e lágrimas.

Quando cheguei da última viagem que fiz à China comunista, disse na televisão: "A China foi o único país onde comunismo deu certo, pela sábia inteligência do povo chinês". Durante essa viagem, Sr. Presidente, tive uma entrevista com o Sr. Jiang Zemin, Secretário-Geral do Partido Comunista. Na ocasião, eu chefiava uma delegação de 10 Srs. Senadores e Deputados àquele país, onde percorremos seis Estados, que são maiores que o Estado brasileiro. Um país que tem 1,2 bilhão de habitantes — nós temos 150 milhões, um país, Sr.

Presidente, onde 18% de sua terra é destinada à agricultura, sendo que 65% plantados com as mãos do povo chinês. Essa quantidade de terra significa 7,8%, Sr. Presidente, do plantio da agricultura do Planeta. E esse país, com toda a dificuldade, com a luta que teve, dá alimentação a 22% da população da Terra. É disso que me orgulho. E tenho certeza de que o povo brasileiro também vai resolver o seu problema.

Tive ocasião de dizer ao Presidente do Congresso e ao Presidente da Câmara dos Deputados que se eu fosse membro da Câmara dos Deputados, Presidente, daria facilidades, passagem, estadia, tudo o que fosse possível para que os Congressistas conhecessem esses países e não para irem à Europa, à América do Sul onde já visitamos tudo, para conhecerem outras alternativas e poderem, aqui, resolver os nossos problemas.

É isso que o Presidente da República está fazendo. Dizer que o Presidente está isolado no Palácio é "conversa para boi dormir". O Presidente está correto, está trabalhando, está lutando e cumprindo aquilo que disse nas praças públicas ao povo brasileiro, do Oiapoque ao Chuí.

Portanto, espero do Congresso brasileiro, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, equilíbrio para resolvermos juntamente com o Presidente os graves problemas que afligem esta Nação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na última segunda-feira, ocupando a tribuna do Senado Federal, fiz dramática exposição sobre a carência de chuvas na Região Nordeste, o que gera fome e inquietação social, ao mesmo tempo em que sugeri imediata reunião, de caráter extraordinário, do Conselho Deliberativo da Sudene, sob a presidência do próprio Chefe do País.

Vários Senadores, em apartes solidários, transmitiram dados precisos da real situação dos seus respectivos Estados, também a braços com a crise climática, para cuja atenuação consideraram indispensável a intervenção pessoal e direta do Primeiro Mandatário do País.

Sabe-se que já no início da semana o Secretário do Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, começará pelo Ceará um périplo pelo Nordeste, com o objetivo de, *in loco*, adotar providências concretas, numa conjugação de esforços entre o Governo Federal e os chefes dos executivos estaduais.

Enquanto isso, ontem, 13 Senadores e 27 Deputados encontraram-se durante três horas com o objetivo de prosseguir na busca de soluções emergenciais, a serem submetidas ao Presidente Fernando Collor, numa tentativa de amenizar as angustiantes dificuldades vivenciadas no polígono das secas.

Uma comissão especial de parlamentares, coordenada pelo Senador Beni Veras, ultima a elaboração de documento conciso, cujo envio ao Palácio do Planalto far-se-á por meu intermédio, como intérprete dos anseios de Senadores e Deputados, na expectativa de que, sem procrastinação, seja o mesmo transformado em providências eficazes e urgentes, acudindo a milhares de homens do campo, desfavorecidos, prejudicados pela intempérie que se abateu sobre nós neste 1992.

Acredito que a Ministra da Ação Social, Margarida Procopio, o Superintendente da Sudene, Elinaldo Magalhães, o Secretário de Desenvolvimento Regional, o Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, o Diretor-Geral do DNOCS, Engenheiro Luís Marques, todos compenetrar-se-ão de suas imensas responsabilidades, superando trâmites burocráticos que possam obstaculizar a programação de emergência, cuja execução se espera para as próximas horas.

Não se dirá que os congressistas se omitiram nesta cruzada de salvação de uma área territorial sofrida, cuja população tem prestado, ao longo do tempo, inestimável contribuição ao crescimento nacional.

Se, agora, o nosso posicionamento é o de clamar, pateticamente, por medidas prontas e imediatas, a seguir será o de fiscalizar, atentamente, o cumprimento das determinações oficiais, inadmitindo que recursos experimentem malversação ou inadequada utilização pelos órgãos competentes.

No passado, assistimos a espetáculos deploráveis que eram as chamadas "frentes de serviços" que aviltavam a dignidade da pessoa humana.

Não queremos, de forma alguma, que elas sejam reeditadas, mas que se busquem outras alternativas válidas, transformáveis em obras duradouras, capazes de permitir a convivência dos nordestinos com o próprio flagelo periódico.

Se em outros países, utilizando moderna tecnologia, os efeitos dos baixos índices pluviométricos têm sido abrandados, por que continua o Brasil a defrontar-se com tal fenômeno cíclico de forma reconhecidamente empírica e lamentavelmente descoordenada?

Espera-se, pois, que o Presidente Fernando Collor de Mello e o Congresso assumam uma decisiva postura em favor de nossa região, pondo-se fim às incertezas que, a cada ano, nos conduzem a quadros constrangedores, como o de invasão de cidades por levas de sertanejos acossados pela fome e a miséria.

Não podemos chegar ao ano 2000 assistindo àqueles mesmos terríveis episódios, que já no século passado atormentavam cruelmente a gente nordestina.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Presidente, Senador Mauro Benevides, essa idéia de V. Ex^a é uma idéia de um homem que conhece profundamente os problemas do Nordeste. Os cargos que V. Ex^a já ocupou e a responsabilidade que V. Ex^a hoje tem no mundo político nacional quando dirige com tanta ênfase, com tanto carinho e competência o Senado da República, são um atestado do seu zelo pelos interesses nacionais, merecendo por isso o respeito desta Casa. Orgulho-me como nordestino, em primeiro lugar, de ter votado em V. Ex^a para Presidente desta Casa e, em segundo, porque V. Ex^a, independente de cor partidária, é homem de Partido, soldado do PMDB, mas que acima de tudo vê os interesses da Nação e do Nordeste. Senador e Presidente Mauro Benevides, lembro-me, toda vez que falo do Nordeste, do grande brasileiro, paraibano, José Américo de Almeida, dizia quando Ministro da Viação e Obras Públicas, na época de Getúlio: — "O Nordeste não precisa de esmolas, precisa apenas viabilizar o rio São Francisco, os barreiros e seus açudes, para molhar as terras calcinadas pela seca, para o Nordeste tornar-se a Califórnia da América do Sul, abastecer o Brasil e exportar para o mundo". Senador Presidente, Mauro Benevides, se

dos governos de Getúlio até hoje a idéia de José Américo tivesse sido aproveitada em pelo menos 20%, na prática o Nordeste teria hoje um outro panorama. Veja V. Ex^a, Petrolina, aquela região do São Francisco, é uma pequena Califórnia onde há muitas frutas exóticas, como chamam os japoneses, os chineses, os asiáticos. Naquela área do Nordeste, em Petrolina, onde existe irrigação não existe miséria, não existe pedinte. E esse era justamente o retrato do Nordeste se tivessem os governos passados seguido os conselhos do grande nordestino José Américo de Almeida. Parabéns a V. Ex^a E, como Líder do Governo, congratulo-me com V. Ex^a neste momento.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a pela sua intervenção, nobre líder, Senador Ney Maranhão. V. Ex^a, que está sempre atento aos problemas nacionais e, de forma particular, aos interesses da região. Pode prestar mais um serviço inestimável ao polígono das secas nesta emergência.

Se esta Casa, consensualmente, entendeu como extremamente válida aquela sugestão, que brotou da espontaneidade de um pronunciamento que fiz segunda-feira, pedindo ao Presidente da República que convocasse extraordinariamente o Conselho Deliberativo da Sudene, e ele próprio o dirigisse, V. Ex^a, que tem acesso ao gabinete presidencial a qualquer momento, como os demais representantes do Parlamento, deve levar imediatamente esta idéia ao Primeiro Mandatário do País, dizendo-lhe que, naturalmente, com as implicações de uma audiência a ser concedida ao Presidente do Congresso Nacional, o que deve ocorrer nesta semana, ocasião em que faria chegar ao Presidente o documento que está sendo elaborado conscientemente por uma comissão de Senadores e Deputados, presidida, coincidentemente, pelo Senador Beni Veras. Esse documento é conciso, apóia esta decisão e será, posteriormente, detalhado, com algumas sugestões.

Não queremos aqueles programas imensos, de exequibilidade complicada. Queremos, sim, atacar aqueles pontos cruciais na atual emergência, reclamando portanto do Presidente uma ação que seja decidida, eficaz, urgente, porque, partindo da determinação do Presidente da República não é de se admitir que elas venham a sofrer qualquer tipo de procrastinação.

V. Ex^a, Senador Ney Maranhão, ao sair do plenário na manhã de hoje, depois do longo pronunciamento que fez sobre a realidade nacional, poderia prestar mais este serviço ao Nordeste, indo ao Palácio do Planalto, sugerir: Presidente, convoque a SUDENE, o Congresso solicita, o Congresso se empenha, reclama, porque os nordestinos estão morrendo de fome, invadindo cidades e criando aquela situação vexatória que nos constrange profundamente, tocando profundamente os nossos sentimentos humanos.

Portanto, V. Ex^a, nobre Senador Ney Maranhão, poder ser, sem dúvida, o primeiro contato entre o Congresso e o Presidente, e admito que o Senhor Fernando Collor, nesse momento, já deve ter tomado conhecimento dessa iniciativa que ganha corpo nas duas Casas do Parlamento. Uma reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, com a presença do próprio Chefe da Nação. Aí, os governadores estarão presentes, não vão mais, evidentemente, se deter naquelas quizilas que, por outra, levam a debate no plenário. Eles irão, sim, porque premidos por uma realidade angustiante, e vão se dobrar diante de um quadro que é dramático e exige a conjugação de esforços de todos os homens responsáveis do País.

O Sr. Ney Maranhão — Levarei a sugestão de V. Ex^a ao Senhor Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES — Portanto, Sr. Presidente, fica mais esta nossa manifestação que, como Senador, senti-me no dever de vir anunciar à Casa que este nosso propósito, reiterado, tomou agora corpo, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, e a V. Ex^a, Sr. Senador Beni Veras, incumbe agilizar no menor espaço de tempo possível a elaboração desse documento para que nós o façamos chegar, no menor espaço de tempo, se possível até quinta-feira, às mãos do Primeiro Mandatário do País. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Não tenha dúvida, Sr. Senador, que o esforço de V. Ex^a será secundado pelo homem.

Com a palavra o nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior — Sr. Presidente, permuta a minha vez com o nobre Senador Elcio Álvares.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares.

O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive a oportunidade de, anteontem, requerer a transcrição de um editorial do jornal *O Globo*, intitulado "O Projeto para o Brasil", uma peça jornalística que, realmente, abordou com muita clareza um dos momentos mais graves que o País está vivendo e que, evidentemente, o Executivo e o Congresso não comungam do mesmo sentimento para encontrar soluções para o problema nacional, visto que o Presidente da República, numa expressão em que se insula cada vez mais, teve a oportunidade de afirmar que é um homem sozinho.

O Congresso tem comparecido, em todas as oportunidades, com a sua colaboração vigorosa, dando o melhor apoio a todas aquelas proposições que objetivam, acima de tudo, conduzir o País a dias melhores.

O jornal *O Globo*, a propósito do problema da Previdência, um problema que já dominou o noticiário da mídia nacional, um assunto que está sendo cada vez mais comentado nas tribunas parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, coloca alguns pontos em que teve a oportunidade de dizer que essas questões examinadas poderiam constituir aquilo que foi denominado "um projeto para o Brasil". A Previdência tem exacerbado o debate, logicamente os que não são simpáticos ao Presidente Collor agudizam cada vez mais o problema e os que ainda têm alguma simpatia procuram vestir o problema de uma maneira que seja favorável ao Governo.

Mas a realidade da Previdência é dramática. E agora, talvez, quem sabe, o toque humano dos noticiários, mostrando os aposentados numa situação quase humilhante, despertou o sentimento nacional, muito mais ainda, para um problema que vem se arrastando ao longo dos anos.

Tenho críticas ao comportamento do Governo nesse episódio da Previdência Social, mas não posso, em sã consciência, deixar de reconhecer que o problema que eclodiu agora vem ocorrendo através dos tempos.

Logicamente, uma Previdência Social que a cada dia diminui o número de trabalhadores ativos e aumenta a massa dos beneficiados e dos aposentados não tem outra solução senão ir à falência de uma maneira ruidosa, porque a segurança social, inegavelmente, é hoje fundamental para a vida

de milhões de brasileiros. A Previdência Social talvez seja hoje o assunto que mais preocupa a todos os brasileiros.

Fotografo, dentro do meu lar, dentro da minha casa, uma situação que deve ser a de milhões de lares brasileiros. Tenho um pai com 90 anos de idade, inteiramente lúcido, que acompanha rigorosamente os noticiários dos jornais, das rádios e das televisões, que falam sobre os benefícios da Previdência Social e sobre a discussão dos 147,06%, como uma das coisas mais importantes da vida dele. Não acho justo que um brasileiro, depois de ter trabalhado com dedicação, com honestidade, chegue à ocasião do ócio, do lazer, e tenha preocupações com a própria sobrevivência. Isso é muito grave.

O jornal *O Globo* convoca a atenção de todos nós para um outro ponto que está passando despercebido. Infelizmente, o Poder Legislativo não deu o tratamento adequado no momento exato, porque nas ocasiões em que tivemos a oportunidade de examinar alguns projetos que seriam profundamente importantes para a solução do problema, prevaleceu um paternalismo que não é adequado.

Este assunto da Previdência não pode ser colocado conforme foi, infelizmente, no texto da Constituinte de 1988, quando concederam muitos benefícios e não se preocuparam com as fontes de recursos para darem suporte a esses benefícios.

Agora, pior ainda: o Judiciário, poder no qual sempre vivi como advogado, dá um exemplo que não é construtivo. Todos nós estamos solidários com o drama dos aposentados, contudo não pode o Poder Judiciário, através da concessão de medidas liminares, pretender colocar alguém na cadeia por cumprir rigorosamente o texto da lei.

Acho que os dirigentes de órgão previdenciário ou de órgão do Governo não devem cumprir a sentença do juiz ou a sua decisão quando ela fere frontalmente o texto da lei.

O texto da lei é claríssimo, qualquer condenação, principalmente de sentença já definitiva, não opera de imediato. Qualquer decisão — e o Juiz, na decisão, precisa determinar as fontes de pagamento — segue o rito do precatório.

O Governo, não sei por que cargas d'água, resolveu remeter ao Congresso, em regime açodado, diante da toada nacional, um pedido de convocação esdrúxulo, porque, na verdade, o Governo deveria se ater, através dos seus assessores, ao aspecto processual, propriamente dito.

Quando tivemos oportunidade de ouvir o depoimento do Consultor da República, Célio Silva, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, S. Ex.^a não deixou claro por que o Governo não enfrentou esse problema com a maior autoridade possível, correndo o risco, inclusive, de ter um dirigente de órgão previdenciário preso para, através do *habeas corpus*, provar que ninguém pode contrariar a determinação orçamentária ou contrariar a gestão do dinheiro público para dar cumprimento a uma liminar, quando sabemos que a liminar é um ato preparatório do processo, que não tem a força coercitiva de uma sentença definitiva, que submete ao rigor do precatório. Esse é um ponto que não entendi.

No momento em que o Presidente, penso até que num gesto político, tenta desviar a atenção dos aposentados para o Congresso Nacional, para em caso de um desfecho, que acredito não vá ocorrer, entendo que vá prevalecer o bom senso no Congresso brasileiro. O Congresso, como câmara revisora, mais uma vez, com sua palavra ponderada, não vai permitir que esse projeto seja arquivado ou não tenha um desfecho. Diante da colocação do Presidente da República,

temos que recusar, temos que aprovar ou temos que modificar a proposta. Não podemos nunca nós omitir, porque a convocação do Presidente embute inegavelmente um propósito político que precisa ser cada vez mais esclarecido para que os que dependem da Previdência não sejam enganados.

O Sr. Beni Veras — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ELCIO ÁLVARES — Ouço, com satisfação, o Senador Beni Veras.

O Sr. Beni Veras — Escuto sempre com muita atenção tudo o que V. Ex.^a diz, porque pude identificar, ao longo do tempo, a seriedade com que trata os problemas nacionais, o que me leva a uma atitude respeitosa e atenta em relação ao que V. Ex.^a diz. Quanto a essa questão da Previdência, esse procedimento que adoto usualmente em relação a V. Ex.^a tem razão de ser. Acho que o Governo, quando chega agora pedindo ao Congresso mais recursos para tratar da questão da Previdência, esquece que não tem sido capaz, ao longo do tempo, de tratar adequadamente dos recursos que já se encontram em suas mãos. V. Ex.^a sabe que a Previdência Social retém um valor importante da economia brasileira, valor esse que deveria ser tratado com cuidado, com adequação, de maneira econômica e correta, ajudando o povo brasileiro a viver melhor. O que se tem visto, entretanto, todas as vezes em que se arranha essa questão, é um mundo de fraudes, descuidos, desatenção. Ou seja, é uma instituição que não faz por onde merecer o respeito do povo brasileiro e, mais do que isso, merecer mais recursos. Ou seja, o sentimento dos operários e empresários é que estão pegando o seu dinheiro e jogando-o numa peneira furada, sem fundos, pois as pessoas que estão na Previdência não têm cuidado adequadamente desses recursos. No caso, a Previdência precisa primeiro mostrar-se capaz de cuidar bem do dinheiro que já tem em mãos, para depois reivindicar alguma coisa, alguma modificação, algum tratamento diferente para as suas questões. É essencial que ela se mostre capaz de cuidar do dinheiro do povo.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Agradeço ao Senador Beni Veras, como sempre, muito consciente na colocação do seu pensamento. Na verdade, aflora, através do seu aparte, um aspecto para o qual eu gostaria de convocar a atenção dos meus ilustres pares.

Esse projeto foi açodado. Esse projeto viveu o impacto da concessão da liminar dos 147%, porque logo depois de enviado — e o projeto foi redigido na undécima hora, já com o Congresso convocado —, houve, por parte das autoridades do Governo, confissão expressa de que os patamares das alíquotas poderiam ser reduzidos. Mais ainda, o Presidente admitiu, ontem, o remanejamento orçamentário para atender às despesas ocasionadas por esses 147%. Por aí verifica-se que, realmente, o alarde que se fez em torno da concessão dos 147% teve um sentido outro, que não foi o de resolver, de vez, os problemas da Previdência. Se adotarmos o critério de aprovar alíquotas, periodicamente, iremos repetir a mesma colocação da política salarial, ou seja, enquanto não resolvermos a economia brasileira, veremos os trabalhadores, e nós mesmos, discutindo, permanentemente, quanto deve ser o salário do trabalhador brasileiro.

Esse projeto, aprovado do jeito que está, não tenho dúvida que dentro de três ou quatro meses o Governo repetirá a prática de aumentar a alíquota. Então, conforme o editorial de *O Globo*: "O problema é de profundidade". Infelizmente,

até agora, tem havido um comportamento que eu diria "dar dinheiro" para a solução dos problemas da Previdência Social. Não podemos ficar submetidos, de maneira alguma, a esses episódios isolados que não levam a uma conclusão definitiva. Imputar somente ao Governo, não. O Governo governa, e nós, no Senado e na Câmara, legislamos. Então, é inarredável um comportamento no início da nova Sessão Legislativa. Temos todos que nos unir para encontrarmos imediatamente, uma solução que acabe com o paternalismo.

Outra coisa que é muito grave em matéria de Previdência Social: temos que colocar a realidade de um País em crise econômica. Não podemos querer fazer benefícios ou criar situações político-eleitorais, que, amanhã, refletirão de maneira ruínosa, inclusive no julgamento dos organismos que têm a grande responsabilidade de conduzir este País.

O Sr. Amir Lando — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ÁLVARES — Ouço o aparte do nobre Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando — Senador Elcio Alvares, V. Ex^a, com muita profundidade e seriedade, aborda uma questão que, realmente, tem sido um tormento para este País, que é a seguridade social ou que seja a Previdência Social como o povo melhor entende. V. Ex^a, neste momento, abordava, parece-me, o que constitui o âmago dessa questão: a necessidade de se encarar a realidade brasileira. Precisamos mergulhar e nos despir de todo esse aparato e ver o que está ocorrendo de concreto. É preciso acabar com esta visão falaciosa, com a crise falaciosa, com a crise maquiada — tema que muito debati no ano passado, neste Senado da República — que é a crise da mídia, para ver o que é que está acontecendo na realidade: como vive a nossa gente brasileira, esta brava gente brasileira. Precisamos, como legisladores, ter, consciante, e de forma definitiva, que é grave a missão de legislar. Não é inventar soluções imaginárias, é dar uma solução dentro do possível do cotidiano brasileiro. E sobre isso — falou-se aqui em Agamenon Magalhães, e há uma passagem que muito me marcou, quando ele disse: "Para legislar"... isso, referindo-se na Constituinte de 1946 — "... não podemos fugir do império dos fatos". Temos que estar de acordo, ao menos, quanto aos fatos deste País. E é claro, como bem disse V. Ex^a, o problema da Previdência, da seguridade social, arrasta-se — vamos dizer — há décadas. E é evidente que é um problema que não foi nem criado por este Governo, mas que vem se agravando, porque a crise está aí presente, e com a crise, a arrecadação vem caindo paulatinamente e os recursos escasseando-se, e, conseqüentemente, os benefícios não podem ser prestados na forma da lei, na forma da Constituição; que também, em muitos momentos, não se ateu a uma realidade nacional. Não podemos pegar como padrão a França, a Itália, sobretudo a Itália, ou qualquer outro país do Primeiro Mundo. A nossa realidade é a de um país que ascendia à primeira categoria, mas que está caindo para a quarta, quase. Então isso é definitivo, nobre Senador Elcio Alvares. Temos que, realmente, com um extremo bom-senso, com sensibilidade e acuidade de um cientista, nos colocar, parece-me, num primeiro momento, em harmonia com os fatos. Precisamos, efetivamente, saber o que está acontecendo. E isso — é preciso que se diga mais uma vez — não é ficando, exclusivamente, aqui dentro do Poder Legislativo. É saindo às ruas. E a atividade parlamentar não se resume, como a imprensa brasileira insinua — e isso foi colocado na mídia para o País inteiro, quase como uma punição, enten-

dendo que a atividade parlamentar se resume apenas à presença nas Casas legislativas. De forma nenhuma. A nossa atividade mais importante e séria, é a conjunção com esta realidade concreta e cotidiana do povo brasileiro, é sair daqui e ouvir, inclusive, aconselhar o povo, buscá-lo nesse contato, nessa troca de idéias. Porque já disse e vou repetir mais uma vez: o legislador não inventa a lei, apenas a escreve. É na consciência coletiva do povo que a lei se edifica, é nas entranhas, mesmo da sociedade, como disse Durkheim, que a lei se elabora. E o legislador apenas a formaliza: É isso que temos que saber, o que é a tarefa de legislar. Basta desta forma enganosa, em que meia dúzia se reúne e pensa que tem as soluções básicas para o Brasil, que não dizem nada com a realidade, pois se constituem de normas inúteis e dispensáveis. Como eu disse e repito servem apenas para encher a lata do lixo. A nossa produção legislativa é exaustiva e de má qualidade, na verdade, de péssima qualidade. É isso. O que V. Ex^a coloca, parece-me que o artigo do editorial do jornal *O Globo* caminha pela mesma trilha. Temos que reformular e repensar com seriedade, com gravidade, que os princípios mais elementares de elaboração legislativa reclamam e estão exigindo deste Congresso Nacional. Quando falo Congresso Nacional, falo das duas Casas e de nós, do que nos toca, o Senado da República. De modo que parabeno V. Ex^a ao enfocar e levantar aspectos importantes dessa questão, com muita seriedade, com profundidade, V. Ex^a está aqui chamando a atenção do Senado da República do que deve fazer, do que pode fazer para a salvação deste País. São muito importantes as manifestações como a de V. Ex^a, que engrandecem esta Casa Legislativa.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Agradeço a intervenção sempre judiciosa do Senador Amir Lando, que enfocou um ponto realmente importante. Temos de viver a nossa realidade. Um país que não vive a sua realidade, um país que não tem a sensibilidade dos problemas sociais, um país que está distante exatamente do seu cotidiano, nunca será um país feliz.

Então, neste instante, é importante que os dirigentes do País, seja o Presidente da República, ou todos aqueles que têm a responsabilidade administrativa, ou os legisladores, percebem, acima de tudo, que a solução da Previdência não pode ser paternalista, não deve ser paternalista e não pode ficar ao sabor de aumento de alíquotas. Nesse caso, temos quase que certeza, ouvimos depoimentos de representantes das empresas, dos aposentados, do Governo. Sabemos que as empresas brasileiras estão exauridas, estão vivendo nessa recessão por um verdadeiro milagre. Qualquer aumento é altamente ruínoso para a saúde até dessas próprias empresas.

E os aposentados? Não precisa nem dizer. Quando nós tomamos conhecimento, através dos vários depoimentos colhidos pela imprensa, do padrão de salário do aposentado, não é compatível com a dignidade da vida humana.

Neste instante, fazendo este registro do editorial de *O Globo*, intitulado "Um Projeto para o Brasil", gostaria de fechar com a nova transcrição de dois textos. Se o problema foi abordado com muita clareza, com muita lucidez, o editorial preconizou uma solução que deve ser examinada não só pelo Legislativo, mas também pelo Presidente da República, que quando propõe uma agenda para o consenso, ele deve, sobretudo, enumerar, desde já, quais os pontos principais para esse debate que se deve travar em favor do nosso País.

Diz O Globo:

“Como a situação da Previdência se insere no drama administrativo, econômico e social do país, uma agenda para compreendê-la deverá abranger, além de fórmulas conjunturais de recuperação da receita, uma radical transformação do sistema previdenciário, redefinindo seu esquema de gestão e financiamento, envolvendo temas como a retomada do crescimento, a expansão dos salários reais, a ampliação da oferta de emprego e a redução do mercado informal.

Trazer sugestões para essa agenda, procurando compatibilizá-la com a contenção da inflação, é dever dos que detêm parcelas de responsabilidade nos nossos destinos, seja em função de governo ou no exercício democrático da oposição, seja na condução ou na informação da sociedade.”

Logicamente, o caminho mais saudável, neste momento, é o Presidente dirigir uma mensagem ao Congresso pedindo um crédito adicional, e o Congresso, democraticamente, examinando esse pedido, deve conceder a Sua Excelência o direito de remanejar o Orçamento, fixando ali, então, a alocação dos recursos necessários para resolver essa crise emergencial determinada pela liminar da concessão dos 147%, mas nunca esquecer que a Previdência Social é um problema gravíssimo, talvez o mais grave enfrentado pelo Governo que está a requerer, neste momento, uma ação conjugada do Executivo e do Legislativo, para que tenhamos uma previdência realista — não a previdência paternalista — dentro da realidade do tempo em que vivemos, porque, conforme disse muito bem o Senador Amir Lando, é importante que cada um dos brasileiros tenha noção do seu tempo e da sua realidade. Não adianta a forma utópica, a forma lírica para que, amanhã, cheguemos à conclusão de que este País não está identificado com a verdadeira dimensão dos seus problemas.

O segundo registro que gostaria de fazer, de maneira também rápida, se prende a um noticiário, também divulgado com intensidade pela televisão, que envolve de maneira muito positiva o Congresso Nacional.

Recentemente, a título de comentários da repercussão da nova Lei do Inquilinato, que foi realmente posta em prática através da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, tivemos a oportunidade de verificar que alguns conceitos que foram aqui expendidos durante o debate da aprovação da lei, são conceitos que começam a ganhar forma dentro da importante cidadela da relação entre locador e locatário.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deste Senado, está de parabéns porque colocou o debate, na ocasião, de uma forma que complementa a parte inicial do nosso pronunciamento. Lei para ser lei, tem que estar afinada com a realidade social, tem que mencionar aquilo que representa a angústia da coletividade, tem que saber colocar os pontos que demonstram o equilíbrio entre todos aqueles que integram a sociedade. Uma lei que atrita, uma lei que fere, uma lei que contunde não é lei. E nesse instante em que a nova Lei do Inquilinato dá os seus primeiros passos, já que entrou em vigor a partir de dezembro, é muito importante lembrar o debate que houve nesta Casa e, principalmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foi afirmado naquela ocasião, diante quem sabe, da incredulidade do efeito positivo de uma nova lei, que o Brasil, desde a Segunda Grande Guerra teve cerca de 42 leis de inquilinato, o que é um verdadeiro recorde, demonstrando a instabilidade do painel social. E, pela primeira vez, através da reunião de comissões interministeriais, a convocação de locadores, inquilinos e administra-

dores de empresas, tentou-se um texto que representasse um ponto de equilíbrio na relação *ex locato*. Tentou-se um texto que traduzisse, acima de tudo, um esforço para que tivéssemos, dentro da relação inquilino e locador uma nova dimensão, não mais aquela em que o locatário fosse altamente premiado em detrimento do locador. E, em consequência, tivemos o gravame dos aluguéis altos, da falta de imóveis e de quase nenhuma construção civil. Quando tive oportunidade de examinar os dados fiquei estarelecido. Antes da última lei do inquilinato, nós tínhamos 34% de investimento na área da construção civil, que foi reduzido a 0,5%, dando ensejo à ciranda financeira, que ainda hoje existe, com juros exorbitantes, extrapolando. Mas, agora, com a nova Lei do Inquilinato, começam a aparecer os anúncios de oferta de imóveis. E todos os jornais e a televisão registram um fato, que é altamente positivo: a oferta do imóvel hoje, que começa a crescer. Tínhamos 4 milhões de imóveis inteiramente fechados porque o locador não queria alugá-los aos inquilinos. Agora os aluguéis são inferiores a uma possível realidade de mercado. E aí residu o segredo da nova lei do inquilinato, ajustou a relação *ex locato* à realidade do mercado. E isso foi bom, porque já começam as primeiras construções, visando a objetivar a entrega de novos imóveis ao mercado de aluguel. E não é só o ponto positivo de diminuir o aluguel e de fomentar uma estabilidade social que não havia nessa relação *ex locato*, mas talvez seja a indústria da construção civil a que mais mobiliza mão-de-obra não qualificada. Há milhões e milhões de brasileiros que não têm qualquer qualificação profissional sendo inteiramente absorvidos por esse novo esforço que se faz. Já no meu Estado, o Espírito Santo, tenho a oportunidade de visualizar as grandes construtoras já preparando imóveis para serem entregues à locação, que está inteiramente acessível em favor do inquilino. A nova lei do inquilinato fez com que a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que este Senado vivessem extremos debates, mas o legislador está perfeitamente certo quando tem oportunidade de compatibilizar o social à realidade do texto legal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazendo esses dois registros, quero nesta sexta-feira afirmar, mais do que nunca, que o Congresso brasileiro, principalmente o Senado da República, não pode perder a oportunidade histórica de comandar não só o processo administrativo ou social a nível de lei, mas também tem a obrigação de agitar os grandes problemas brasileiros, encontrando soluções.

Fiquei feliz por ouvir, na sessão inaugural desta convocação especial, o discurso do Senador Mauro Benevides, o nosso Presidente, que hoje, já é uma figura histórica neste Parlamento brasileiro. Conquistou a todos nós nesse primeiro ano, pelo seu modo de agir, com o maior zelo, pela preservação do prestígio do Senado e do Congresso brasileiro. O Senador Mauro Benevides teve a oportunidade de agitar aquilo que já se transforma num assunto quase que repetitivo, em razão do ciclo da seca brasileira. Mas S. Ex.^a agitou muito bem. E agora já verificamos, através do impulso da Comissão Especial, que o Governo já se movimenta para dar aos nordestinos, não uma palavra de solidariedade, porque neste momento da seca a solidariedade é perfeitamente dispensável, mas, sim, para dar uma palavra de compreensão e transformar aquele problema, que é regional, não em um problema adstrito à representação dos nordestinos, mas em uma realidade que tem de convocar todos os brasileiros para uma solução comum.

Considero uma maldade, uma crueldade, quando alguém diz que o problema da seca está adstrito ao Nordeste e aos

representantes nordestinos. Não se trata de um problema regional. Não acredito que nenhum dos representantes do Nordeste usaria esse instrumento como motivo eleitoral ou para satisfazer as suas vaidades pessoais. A seca é uma realidade nacional. Mais uma vez, o nosso Senado da República, consciente do seu papel, toma a iniciativa de trazer para o grande debate nacional um tema da maior importância.

Ao fazer esses dois registros, quero, a esta altura, dizer que o Senado da República, em 1992, está consciente da crise nacional, consciente de que é necessário um diálogo cada vez mais estreito entre o Presidente da República e o Congresso Nacional. Aqueles que não colaborarem nesse sentido não estão colaborando em favor do País. Precisamos, neste instante, unir-nos com espírito de brasileiros e patriotas para encontrar as grandes soluções, quer a exemplo da lei do inquilinato, quer a exemplo do debate sério a respeito da Previdência Social, o que somente engrandece o Senado Federal e o Congresso Nacional.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ELCIO ÁLVARES — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Elcio Alvares, o tema que V. Exª aborda, neste manhã, no plenário do Senado Federal, no que diz respeito à união da classe política entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo é premente, tem que acontecer, porque todos estamos no mesmo barco.

O povo brasileiro está acompanhando, passo a passo, as posições do Executivo e as do Legislativo. Não adianta o Legislativo omitir-se quando é chamado. Na hora em que ele é chamado e não se convence daquilo que o Executivo deseja, o que deve ser feito? Devemos sentar à mesa, Senador Elcio Alvares, discutir, exaurir os problemas para chegarmos a um denominador comum. Esse problema por que está atravessando hoje o País transfere a nossa economia para a competitividade. O mundo mudou: o Leste Europeu, o Muro de Berlim; é outro mundo, que mudou rapidamente, e temos que acompanhar essa mudança histórica, internacional, mundial. O Brasil não pode ficar para trás. O Brasil tem que acompanhar as estruturas que estão aí. Temos que ter consciência. O nacionalismo tacanho, que acreditava que o FMI pretendia dirigir, determinar o que devemos fazer, acabou. Hoje temos que ter entendimento com as nações. Há quatro meses estive com o chefe do governo chinês, Sr. Jiang Zemin, que me disse: — A China tem um grande interesse em estreitar a sua amizade com o grande povo brasileiro. Somos o maior país da Ásia, a maior população da terra e os senhores são o maior país e a maior população da América do Sul. Temos muita coisa em comum. Não podemos ficar isolados, gritar aquele nacionalismo tacanho e ficar isolados. O povo não aceita mais isso. O que V. Exª acaba de dizer, nesse pronunciamento que está proferindo, é de de suma importância para a sensibilidade do político brasileiro e daquele que tem voz de comando através do voto popular, do mandato que o povo lhe delegou. Portanto, mesmo se tivermos que sofrer, eleitoralmente, temos que assumir os compromissos de não agora, demagogicamente, dar uma coisa que, amanhã, seja prejuízo. Temos que preparar este País para as futuras gerações. É isso que o Presidente da República está tentando fazer. E tenho certeza de que a sensibilidade da maioria do Congresso irá colaborar com o Senhor Presidente da República. Apóio,

in totum, o pronunciamento brilhante que V. Exª está fazendo no Senado da República.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Agradeço ao Senador Ney Maranhão. Temos trocado idéias a respeito de uma integração maior do Legislativo com o Executivo.

Ninguém pode exacerbar, a esta altura do debate, para colocar um fosso dividindo essa ação que tem que ser conjunta.

Penso, até, que no ano de 1992, se os condutos do Governo que não operaram em favor deste diálogo insistirem em manter uma posição que não é boa para a Nação, temos que tomar aqui, desta tribuna, reações vigorosas para que o Presidente da República compreenda, acima de tudo, que o Congresso jamais lhe faltou. O que acontece, na realidade, é que os elementos que estão dentro do Governo não compreendem que a ação em favor do País tem que ser uma ação conjunta. Às vezes, chegam até a discriminar o comportamento do parlamentar, em detrimento, na realidade, daquilo que todos nós almejamos, ou seja, uma solução nacional inteiramente consentida.

Neste instante, portanto, em que a Previdência vive o seu momento mais extremo, nós queremos manifestar a todos os aposentados, a todos os que dependem da seguridade social a nossa palavra de apoio. Mas advertir, principalmente aos que vão decidir, que o nosso projeto de previdência não pode ser arrumado acima de acenos demagógicos e não pode ficar distante da realidade brasileira. O projeto da Previdência tem que ser adaptado exatamente dentro da nossa potencialidade financeira, dentro do que arrecada o país, dentro daquilo que é a mecânica de apoio da Previdência. No momento em que diminuem os trabalhadores ativos e cresce o número daqueles que são beneficiados pela seguridade social seria impatriótico não levar em conta a situação grave por que atravessa o Erário Nacional.

Assim sendo, eminente Senador, encerro o meu pronunciamento, reafirmando, acima de tudo, o propósito manifesto do Senado de colaborar, efetivamente, para as grandes soluções nacionais, mas uma colaboração que não vai se perder nunca nos debruns da demagogia. Uma colaboração tem que ser marcada, acima de tudo, pela grandeza com que esta Casa sempre se houve, através dos pronunciamentos que são feitos aqui, todos eles calcados no mais profundo patriotismo. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Elcio Alvares, o Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro.

Durante o discurso do Sr. Elcio Alvares, o Sr. Nelson Carneiro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no final da Legislatura passada, o Senado Federal aprovou proposta de emenda constitucional, de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro e dos então integrantes da Mesa Diretora, para disciplinar o pagamento de subsídios para os deputados estaduais e vereadores e que, após a sua aprovação nesta Casa, foi encaminhada à Câmara dos Deputados, na sequência de sua tramitação normal. Os problemas relativos a **quorum** e pauta, todavia, impediram que fosse votada na sessão legislativa do ano passado, como seria previsível.

Como se recorda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Constituição anterior à Carta de 1988 estabelecia que os deputados estaduais não poderiam perceber, a título de subsídios, acima de dois terços do que percebiam os Deputados Federais, a qualquer título. A falta de ordem clara e taxativa deu margem a uma série de interpretações equivocadas, que ensejaram, em muitos estados, subsídios superiores aos do Congresso Nacional. Tudo porque, com a aprovação da Constituição, em 1988, retirou-se do texto constitucional o dispositivo saneador, deixando-se a critério das Assembléias Legislativas, através das Constituições estaduais ou de resoluções internas, a determinação dos valores cabíveis a seus integrantes.

Alguns estados, inovando nesse aspecto, fixaram o teto de 90% para o subsídio dos deputados estaduais, em relação ao dos federais; outros, em 75%; em 70% — e assim por diante.

Em virtude de abusos cometidos em outras Unidades, seguidamente denunciados pela imprensa, o Senador Nelson Carneiro, cónscio de suas amplas obrigações institucionais na Presidência do Senado Federal, fez aprovar em uma das reuniões da Mesa Diretora, da qual participei como suplente, o citado projeto de emenda constitucional, mais tarde cancelado pela unanimidade do Plenário, mas que, infelizmente, não prosperou na Câmara dos Deputados, onde se encontra, há mais de um ano, aguardando decisão conclusiva.

Daí, multiplicaram-se os abusos, como o que está acontecendo, por exemplo, Sr. Presidente, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, cujos Deputados, além dos subsídios normais, também estão percebendo jetons.

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro está convocada, por ato de seu Presidente, para um período de sessão extraordinária, na qual serão apreciados projetos que deixaram de ser aprovados na sessão legislativa anterior. Essa convocação foi seguida por abusos, como os ocorridos nas últimas sessões extraordinárias de quarta e quinta-feira desta semana, quando os Deputados faturaram cerca de quatro milhões de cruzeiros em jetons — em apenas dois dias!

O jornal *O Globo* publica matéria muito ilustrativa a respeito desse fato, que deve ser condenado por todos nós da classe política. Não podemos concordar com isso, pois tais práticas vão comprometer ainda mais a já abalada credibilidade dos políticos perante a opinião pública.

Hoje é o *Jornal do Brasil* quem traz matéria semelhante, sob o título "Deputado troca férias por jeton! Assembléia gasta 280 milhões com pagamento extra de dois dias". Eis a íntegra:

"Os Deputados do Rio de Janeiro estão perdendo parte de suas férias. No entanto, somente nos dois últimos dias, eles garantiram o acréscimo de Cr\$4 milhões aos seus salários de Cr\$6 milhões mensais. Isso porque o Deputado José Nader (expulso do PDT e ainda sem partido) convocou extraordinariamente a Assembléia Legislativa para aprovar centenas de projetos e 'desobstruir a pauta de votações em 92'. A assembléia gastou, em dois dias, Cr\$280 milhões com o pagamento de jetons."

Aí se comprova, Sr. Presidente, a distorção na prática daquela atitude liberal tomada pela Assembléia Nacional Constituinte, de deixar a critério das assembléias a fixação dos subsídios de seus respectivos deputados; não há justificativa para que um deputado estadual, além de ganhar até Cr\$8 ou Cr\$9 milhões por mês, ainda faça jus a subsídios

por sessões extraordinárias, um jeton variando em torno de Cr\$200 mil por sessão.

É o que está acontecendo no Rio de Janeiro, Sr. Presidente: não há **quorum** durante as sessões ordinárias, para forçar a convocação extraordinária e, então, realizar oito sessões extras em dois dias.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Nabor Júnior?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Nabor Júnior, V. Exª, como homem experiente, ex-governador do seu estado, Deputado Federal, Senador, tem "terra no pé" e conhece muito bem, como eu, o que o povo, hoje, pensa da imagem do Legislativo. V. Exª acaba de dizer que, na Constituinte, fomos os responsáveis pelo problema, quando deixamos isso em aberto, para que os Deputados estaduais fixassem seus subsídios, porque, anteriormente, V. Exª sabe, eram proporcionais aos de deputado federal e senador.

Vou citar um caso, a exemplo de V. Exª, ocorrido no Município de Jaboatão, em Pernambuco, onde o vereador ganha quase o mesmo que nós, Senadores. Foi aberto inquérito que não vai dar em nada. Lá, o vereador tem 96 funcionários a sua disposição. Isso significa, Senador, que a imagem política dos representantes do povo vem bater diretamente em cima de nós, porque se um vereador, um deputado — como V. Exª acaba de citar — ganha nove milhões de cruzeiros, ninguém acredita, principalmente aqueles que tentam denegrir a imagem do Poder Legislativo, que nós, Senadores, ganhamos menos. Estão cavando a própria cova, e a da democracia, porque quanto mais o Poder Legislativo for forte e respeitado, mais a democracia o será; e quanto mais for desmoralizado, mais se desmoraliza a democracia. E na hora em que fecharmos isso aqui, a imprensa falada e escrita não vai ter o direito de dizer o que quer. É um contra-senso, mas, infelizmente, é a verdade, Senador. Se V. Exª, assim como o Senador Elcio Alvares — o Presidente que está à Mesa neste momento — apresenta um projeto de grande importância e é aprovado, a imprensa não dá o valor e a divulgação que merece. Mas, se eu, por exemplo, chegasse ali fora — não que ande aqui com ele, está na minha pasta — com o meu 38 e desse um tiro para cima, sairia no time de Londres a imagem do nosso Congresso. Então, Senador, nós somos os culpados. Isso é que tem que mudar na Constituição, como acabei de dizer no meu pronunciamento. A Constituição tem 78 artigos de direitos, 46 de garantias, 4 de dever e só um de produtividade. Então, temos que mudar, porque, do contrário, Senador, não vai dar certo. É sobre isso que me bato. Sou um presidencialista convicto. Admiro o parlamentarismo, mas, para o Brasil, só daqui a 20 anos. Muito menos com os partidos que aí estão. Veja V. Exª o exemplo desses Deputados estaduais e vereadores! É por causa de exemplos como esses que estão em cima da classe política. V. Exª sabe que hoje, nas pesquisas, os partidos têm 3%, empatando com os banqueiros, e os políticos em geral têm um ponto a menos que o Presidente. Esse é o reflexo dessa ladroagem. Porque isso que está sendo feito, Senador, é assalto ao bolso do povo e tem sérios reflexos. Agora que os nossos subsídios foram aumentados, ninguém acredita que ganhamos menos do que 20 milhões de cruzeiros já que um Deputado estadual ganha 9 milhões. Então é por isso que acredito que quando o plebiscito vier, "o barata", que é o povo, vai botar um gosto ruim

no parlamentarismo, ao entender que optando pelo parlamentarismo entregam ao Congresso, aos Deputados, o comando do País. Senador Nabor Júnior, a surra vai ser pior do que a do tapete em dia de festa! Congratulo-me com V. Ex^a; estou solidário com V. Ex^a, e acredito que devemos tomar uma medida rápida; se necessário, mudar esse artigo da Constituição, ou essa lei, para dar cabo a isso que está desmoralizando, exclusivamente, a classe política.

O SR. NABOR JÚNIOR — Vou mais além, ilustre Senador Ney Maranhão.

O recebimento de jetons sobre sessões extraordinárias é totalmente ilegal. Se alguém entrar com uma ação popular na Justiça, vai fazer com que esses Deputados o devolvam, pelas limitações expressas nas suas Constituições Estaduais, valores proporcionais aos recebidos pelos membros do Congresso Nacional, de 70 até 90%. No entanto, o Deputado Federal e os Senadores não recebem jeton por sessão extraordinária. V. Ex^a se recorda que, recentemente, no mês de dezembro, fizemos aqui mais de 30 sessões extraordinárias, para atender à necessidade da votação de vários projetos oriundos da Câmara, e aprovados de última hora, sendo que o Senado ainda prorrogou por cinco dias os seus trabalhos, para aprovar todos esses projetos, sem qualquer acréscimo de despesa para a Casa, para o Poder Público.

Então, é ilegal o pagamento de jeton por sessão extraordinária, pelas Assembléias Estaduais, desde que foi inserido nas suas Constituições um teto proporcional ao recebido pelos Deputados Federais; e, como os Deputados Federais não recebem jeton por sessão extraordinária, eles também não possuem esse direito.

O Sr. Ney Maranhão — O grave é isso, nobre Senador. Se eles recebem, sendo menor o poder, o povo brasileiro pensa que também o recebemos, e ganhamos Cr\$20 milhões.

O SR. NABOR JÚNIOR — Concordo com V. Ex^a

O Sr. Elcio Álvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Ouço o nobre Senador Elcio Álvares.

O Sr. Elcio Álvares — A sua história de homem público é conhecida por todos nós. Como Governador, foi de austeridade absoluta. Todos os seus exemplos aqui no Senado têm sido timbrados no sentido de dar ao mandato a dignidade que ele necessita e pede.

O SR. NABOR JÚNIOR — Isso é um dever de todos nós, nobre Senador.

O Sr. Elcio Álvares — Então, o seu pronunciamento faz com que se transforme num porta-voz de todos aqueles que se angustiam com a prática dessa obra. Evidentemente, e o Senador Ney Maranhão há pouco falava a respeito da imprensa, ela tem sido muito cáustica com relação ao Congresso. Mas, na verdade, alguns elementos que integram o nosso corpo — e nós somos um grande tecido — são elementos que não têm a noção de dignidade de V. Ex^a no exercício do mandato. Esses Deputados do Estado do Rio, assim procedendo, dão exemplo que repercute nacionalmente, é evidente, de maneira altamente ruínosa para o conceito do Parlamento. Então, o povo fica pensando, por meio desses maus exemplos e, infelizmente, temos de reconhecer que a prática está se generalizando — há pouco o Senador Ney Maranhão falava de um município de Pernambuco, mas isso se repete pelo

Brasil inteiro. Está faltando, realmente, naquele que detém o mandato, a ética que vai conduzir a prática de seu exercício. Está faltando aquilo que eu diria — é até uma expressão dura — caráter! No momento em que o cidadão se investe de um mandato, que recebeu de seu povo a grave responsabilidade de representá-lo — porque o mandato é, exatamente, a corporificação de todas as vontades —, ele não tem direito a um gesto pessoal de pecúnia, de ambição, ou, quem sabe mesmo, um gesto até certo ponto solerte, de querer enriquecer à custa do erário, porque somos guardiães de um sistema democrático, e esse sistema democrático não irá bem no momento em que o povo perder a confiança naqueles que foram eleitos para zelar pela coisa pública. V. Ex^a traz essa notícia profundamente lamentável, publicada hoje, parece-me que na primeira página do *Jornal do Brasil*. Mas isso tem que ser repudiado com veemência. E aqui, no Senado da República, tivemos, graças a Deus, no ano de 1991 — e nisso Presidente Mauro Benevides, com toda a Mesa, foi muito cioso —, até uma prorrogação de nossos trabalhos e fizemos isso com dedicação, com espírito público, e acho que não podem, de maneira nenhuma, prosperar esses tristes exemplos, como estão acontecendo na Assembléia do Rio de Janeiro. Neste instante, já que V. Ex^a, que é um Parlamentar cioso da sua dignidade, um Parlamentar que tem a noção exata do que é o cumprimento do seu mandato, quero me perfilar com V. Ex^a nesse protesto, para que o exemplo da Assembléia do Estado do Rio não seja adotado pelas várias Câmaras Legislativas do País.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a Segundo informações da imprensa, outras assembléias estão incorrendo nessa mesma prática, o que é sempre condenável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos assistindo ao fechamento de dezenas e dezenas de hospitais por falta de recursos. Vemos, também, repartições que não podem funcionar porque estão em situação precária; quando a escola pública não está em condições de atender à demanda de alunos cujos pais não podem pagar as anuidades da rede particular, é nessa hora que os Deputados estaduais do Rio de Janeiro e de alguns outros estados estão se atribuindo um pagamento indevido, ilegal, imoral, para enriquecer, como disse o Senador Elcio Álvares. Porque o salário de 6 ou 8 milhões já é um salário acima da média nacional.

Sempre tive a coragem de defender, até de maneira ardorosa, o direito do parlamentar ter uma remuneração condigna, devido às exigências da própria representatividade popular; ele tem vários encargos sociais, são várias as solicitações dos seus eleitores. O próprio exercício do mandato obriga o parlamentar a um padrão de vida acima da média nacional, mantendo estruturas políticas e até residências paralelas, em duas ou mais cidades — por isso defendo o direito do parlamentar receber remuneração condigna.

Pelo mesmo princípio de coerência, sou contrário a esse tipo de prática, que vem denegrir a imagem da classe política e contribuir para, cada vez mais, a população votar em branco, como aconteceu nas últimas eleições, em que esse voto de protesto chegou a quase 40%. E ainda dizem que "o povo brasileiro não sabe votar"!

Não é verdade, Sr. Presidente. Isso reflete com perfeição o desencanto da população, do eleitor brasileiro com a classe política. Se existe esse repúdio quase universal às práticas político-partidárias, é por causa de atos como esses, de práticas condenáveis, imorais, como as que acontecem no Rio de Janeiro.

ro e em alguns outros estados, cujos Deputados estão recebendo, indevidamente, jetons por sessões extraordinárias.

O mais grave de tudo isso, Sr. Presidente, é que essa assembléia ainda vai ficar em regime de sessão extraordinária, talvez, até o fim de janeiro, prevendo-se a realização de dezenas e dezenas de sessões extraordinárias, com o pagamento, em cada uma, do jeton de duzentos mil cruzeiros.

Portanto, quero, aqui, na qualidade de representante do povo do meu Estado, o Acre, protestar, veementemente, contra tal descabimento. Devemos todos, Senadores e Deputados, envidar esforços no sentido de impedir que isso continue acontecendo. Faço, em especial, um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, para que volte a tramitar, o mais rapidamente possível, a proposta de emenda à Constituição, já aprovada no Senado, que coíbe essa prática imoral, repetida pelos Deputados do Rio de Janeiro e outros estados da Federação.

O Sr. Antonio Mariz — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Antonio Mariz.

O Sr. Antonio Mariz — Senador Nabor Júnior, ia justamente referir-me à emenda do Senador Nelson Carneiro, que restabelece um controle sobre os subsídios às Assembléias Legislativas. Como V. Ex^a se recorda, a Assembléia Nacional Constituinte, ao excluir do texto da Constituição esses controles, visava, me parece, preservar o Congresso Nacional justamente dos abusos que vinham sendo registrados nas várias Unidades da Federação. As assembléias evocavam para a elevação de seus subsídios o fato de o texto da Constituição ter fixado o limite de 2/3 dos subsídios locais em relação à remuneração do Congresso Nacional; como sempre ultrapassava esses limites sob vários artifícios, isso repercutia negativamente aqui. Daí decidir a assembléia deixar livres os estados, de tal forma que cada um assumisse a responsabilidade por suas decisões. A prática, porém, como V. Ex^a acaba de denunciar, revelou-se nefasta para a imagem do Poder Legislativo, daí V. Ex^a ter inteira razão quando se pronuncia no Senado Federal sobre a questão. A eliminação dos jetons teve uma função moralizadora evidente; permitiu, inclusive, maior liberdade de ação do Congresso, tanto da Câmara quanto ao Senado, porque eximiu o Poder Legislativo da eiva de suspeita de qualquer interesse subalterno quando realiza sessões extraordinárias. O Senado, com frequência, tem convocado essas sucessivas sessões. No final da sessão legislativa do ano passado tivemos a oportunidade de testemunhar quantas vezes o Sr. Presidente do Senado se viu obrigado a convocar extraordinariamente esta Casa. Sessões várias no mesmo dia, na mesma noite. Como não há qualquer tipo de remuneração para essas sessões, fica evidenciado que o que motiva a ação da Mesa é o interesse público, é o interesse do povo brasileiro, é a necessidade de cumprir com o Regimento, de atender a determinações do Regimento e não qualquer outra motivação lateral. Portanto, V. Ex^a tem inteira razão, é preciso restabelecer os controles, na forma do projeto do Senador Nelson Carneiro, porque, infelizmente, em muitos estados as assembléias não se revelaram à altura da responsabilidade que a Constituição lhes atribuiu.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a. Diria que nós temos que restabelecer a dignidade do Poder Legislativo em todo o País, mormente agora, quando se cogita a implantação do parlamentarismo. Que mau exemplo o Parlamento está dando à população brasileira! Quem vai entregar

a direção dos negócios públicos a parlamentares como os do Rio de Janeiro, que procedem dessa maneira? Deixaram de aprovar o Orçamento — está aqui, dito na notícia:

“Até hoje, o Orçamento do Estado não foi votado.”

Não estou aqui defendendo o Governador Leonel Brizola, do qual sou leal adversário, mas é incrível o fato de não chegarem os Deputados estaduais sequer a aprovar o Orçamento, que é a Lei de Meios, a diretriz principal a reger toda a vida econômica e social do Estado. Não foi aprovado. Deixaram 200 e tantos projetos da sessão legislativa passada para tramitar agora, nesse período de convocação extraordinária, para fazer jus ao pagamento do jeton, indevido e ilegal, conforme demonstrei aqui.

Eles mesmos inseriram nas suas Constituições — em quase todas as cartas estaduais consta isso — que os Deputados estaduais perceberiam um percentual, a qualquer título, do que percebem os Deputados Federais. Lá no meu Estado, por exemplo, o teto é de 75%, talvez o mesmo do Rio de Janeiro. Ora, a qualquer título, subentende-se que se os Deputados Federais recebessem jetons por sessões extraordinárias, eles deveriam receber 2/3 ou 75% desses adicionais — mas, na medida em que os Deputados Federais não percebem jeton por sessão extraordinária, conseqüentemente, seu pagamento nos Estados é indevido e ilegal.

Concluo, Sr. Presidente, renovando o mais veemente apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, e às Lideranças dos diversos partidos naquela Casa do Congresso Nacional, no sentido de agilizar a aprovação da emenda à Constituição, já aprovada pelo Senado por unanimidade e que tive a honra de subscrever como integrante da Mesa Diretora passada, para evitar esses abusos. Não podemos fugir ao dever de pôr um parapeito nas imoralidades praticadas por essas Assembléias Legislativas e também por algumas Câmaras Municipais, que também condicionaram o recebimento de subsídios pelos vereadores ao que percebem os Deputados Federais. Então, isso daí é uma cadeia, Sr. Presidente: se os Deputados estaduais recebem nove milhões, os vereadores querem receber seis, os Prefeitos Municipais também condicionam seus vencimentos aos vencimentos dos vereadores. Há municípios cujas escolas e postos de saúde estão fechados, que estão devendo aos fornecedores, que não têm condições de pagar o funcionalismo, no entanto, há prefeitos recebendo seis, oito ou dez milhões de cruzeiros, mais do que o Presidente da República, por causa desses abusos e pela falta de aprovação dessa emenda, porque ela também visa disciplinar o recebimento dos subsídios dos vereadores e dos prefeitos.

Não posso deixar de trazer uma palavra de aplauso ao **Jornal do Brasil** por ter tido a coragem de publicar essa matéria, para conhecimento não apenas dos seus leitores do Rio de Janeiro, mas também de toda a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) — Convoco os Srs. Senadores para a sessão ordinária a realizar-se segunda-feira, às 14h30min, neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h55min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. AMIR LANDO NA SESSÃO DE 15-1-92 E QUE, ENTRE-

GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto à tribuna desta Casa, depois de mergulhar profundamente na realidade concreta do meu Estado, Rondônia.

Há um ensinamento que recolhi, de Maquiavel, que para conhecer os montes é preciso descer aos vales, e para conhecer os vales é preciso subir aos montes. Desci do monte de Brasília para o vale, onde mora o povo e, Srs. Senadores, pude sentir a realidade do Governo brasileiro, das autoridades, os efeitos da nossa atuação parlamentar, os efeitos no seio do povo, da ação administrativa do Governo Federal. E, lá, escondido no homem simples, como Sócrates recomendava, pude palmar no dia-a-dia da gente brasileira, que tem a coragem e a ousadia de explorar aqueles sertões, e senti as dificuldades por que passa a minha gente, a gente brasileira que vive neste País imenso e rico, neste País da fartura, nesta terra de Canaã e que, às vezes, morre de fome, como se estivesse no deserto. No dizer de José Américo, vergonhoso é morrer de sede no deserto, mas mais vergonhoso ainda é morrer de fome na terra de Canaã.

As dificuldades por que passa a sociedade brasileira exigem uma retomada de consciência do Poder Legislativo, para que aqui, de Brasília, possa refletir sobre a realidade concreta da vida e transformar a lei num instrumento de salvação e de libertação nacional. A lei, Srs. Senadores, não pode ser fruto da mera abstração. A atividade legislativa implica, necessariamente, um conhecimento do concreto, do real, do objetivo. Não podemos esconder-nos na imensidão do Congresso Nacional e aqui pautarmos condutas abstratas para uma população que não tem nada a ver com isso, e que as leis não dizem nada. Entre a porta e a fechadura, não há relação entre a chave e a fechadura.

Precisamos, sim, legislar, recolhendo, coletando da realidade concreta os ensinamentos, as necessidades mais prementes da vida do cidadão brasileiro. A lei não pode ser fruto da invenção legislativa, mas ela se produz no seio da sociedade mesma, nas suas entranhas, na consciência do povo. O legislador não faz senão escrever as leis elaboradas pela consciência própria do povo.

A lei, Srs. Senadores, não pode continuar a ser resultado das elocubrações que os legisladores fazem, num processo espúrio de negociação, em circuito fechado, onde meia dúzia decide não mais o seu destino, porque, na realidade, ninguém obedece mais à lei neste País pela sua péssima qualidade.

A lei, hoje, é realmente um arremedo do que se deve entender por sua efetiva consistência.

Ela, Srs. Senadores, tem que ser parturida, gerada no seio da sociedade, tem que ser uma emanção da consciência coletiva. No dizer de José de Alencar: "O Código Civil não é fruto apenas da ciência e do talento, senão o resultado, a obra dos costumes, da tradição, da civilização brilhante ou obscura de um povo". Esse é o conceito que o referido escritor deu a conhecer do nosso Código Civil, pois acompanhou a sua elaboração *pari passu*.

Os ensinamentos que recolhi na Faculdade de Direito, fizeram brotar em mim uma verdadeira devoção pela lei, mas sempre imaginei que ela fosse obra da seriedade, obra da reflexão, obra da maturação, e que o intelecto dos legisladores, aos poucos, a fosse elaborando diante da realidade, diante das necessidades concretas da vida.

Mas, não, Srs. Senadores, o que se vê é uma profusão legislativa, fruto exclusivamente da ambição pessoal de casuístas, que não se justifica diante das emanções efetivas da consciência popular. É por isso que a lei é continuamente desrespeitada. Há neste País uma tradição de se desrespeitar a lei pela edição de uma nova, ou de outra e mais outra, enfim, dezenas e centenas de leis lançadas inutilmente pelo País afora. Há uma tradição de não se respeitar a lei. A propósito dizia Getúlio Vargas: "A lei, ora, a lei; a lei — no seu entender —, devia ser sempre instrumento à disposição do poder para ditar normas de comportamento, normas de imposição de uma vontade, não do Estado, não do povo, mas sim do Governo e dos governantes".

Srs. Senadores, esse não pode ser o procedimento a ser seguido por esta Casa; não podemos aqui repetir os erros do passado. É preciso urgentemente fazermos um corte na história, é preciso mudar o curso deste rio que vai aos poucos destruindo o conceito sagrado do direito e da lei.

É por isso, Srs. Senadores, que Cícero, o velho Cícero, ainda no Império romano, referia-se no seu "Tratado das Leis que a lei tem em si um caráter perpétuo de transformação e o envolver-se do Direito deve estar sempre em diuturno contato com a realidade da vida".

E para isso, Srs. Senadores, é preciso trocar tapetes e salas pela realidade do povo brasileiro. Há que se mudar o conceito onde a atividade legislativa implica nossa permanência constante em Brasília, aqui isolados da realidade nacional.

Não. Imperioso trocar tapetes e salas por um alcegue cruel, lá onde vive a maioria da população brasileira. Imprescindível voltar à realidade, peregrinar os confins deste País, percorrer o círculo de miséria que circunda as nossas capitais; urge descer ao cotidiano das fábricas, nos roçados, nos garimpos; é necessário adentrar na vastidão da floresta amazônica, na pequena colocação de seringá e observar a faina diária do nosso seringueiro. Neste cenário cruel encontrar-se-á a inspiração efetiva e correta para se editar as leis que devem reger este imenso País. Jamais Srs. Senadores, receber o prato feito dos projetos do Poder Executivo e aqui, num processo espúrio de negociação alterar-se uma vírgula, uma preposição e manter os conteúdos que nem sempre servem melhor à Nação brasileira. Não legislamos para o Poder Executivo, legislamos para a Nação brasileira e para todos os brasileiros. Mas o que se constata é que, através de abstração constante, editamos normas absurdas e inúteis, impróprias e injustas, normas que se jogam na caixa do lixo, porque não têm outra serventia, não podem reger a vida dos brasileiros, porque não dizem nada a respeito dela.

A consciência popular onde repousa, em última instância, a cidadela do poder político e, conseqüentemente, o último respaldo da lei, hoje nos cobra, de forma incisiva quanto a este comportamento alienado e alienante adotado pelo Congresso brasileiro. O povo não está satisfeito com o Congresso. O povo não está satisfeito com o Poder Legislativo. O povo, também, é verdade, não está satisfeito com a política governamental porque ela não atende aos reclamos da condição humana, as condições de vida do povo brasileiro. Lá em minha terra encontrei repúdios veementes à ação governamental mas lá, também, fui cobrado de forma contundente e, às vezes, até, de maneira pouco elegante pelo povo, o qual reclama soluções mais adequadas e oportunas à crise nacional. Não é negociando, não é sentado em torno de uma mesa que meia dúzia poderá decidir o destino do País. Não é essa a

forma de salvação nacional. Não será essa a forma do consenso tão pregado, não será essa a agenda do entendimento nacional.

Srs. Senadores, é premente que tomemos consciência do que se passa nas ruas, do que ocorre nas praças, do que vem se construindo à margem de nós mesmos, do que está se edificando no corpo da sociedade, na consciência do povo brasileiro. Não adianta continuarmos, aqui, a fazer uma pregação no deserto ou dispersando palavras no vazio. Não adianta continuarmos com abstrações, elocubrações, fazendo contas ou arrumando números. O que importa, sim, é que voltemos a nossa reflexão para o real, para o concreto para a vida do povo brasileiro, para a miséria, para a fome, que nessa recessão brutal e cruel possivelmente teremos ceifadas milhares de vidas que morrerão de fome, como hoje já estão morrendo de sede no Nordeste.

Esta é a verdade verossímil, este é o quadro, este é o cenário! Não é o cenário dos computadores, mas é o cenário da vida brasileira. E é para isto que devem voltar-se as nossas atenções, é para isto que deve voltar a nossa consciência e é para esse fim que devemos trabalhar, para salvar o Brasil. Porque em qualquer ponto da história desses dias, podemos ser sacudidos na nossa tranquilidade, de repente flagrados por um processo de revolta popular. Há, hoje, neste País, uma insatisfação que margeia a revolta, há neste País insatisfação, intranquilidade e desespero que impõem até a mão criminosa a romper a ordem e buscar por medidas impróprias a salvação da vida de cada dia.

Essa é a realidade concreta e, talvez, a qualquer momento seremos surpreendidos por eventos indesejados que se elaboram no amargor, no ódio da sociedade, mesmo contrariamente e a despeito das nossas intenções e desejos. É por isso, Sr. Presidente, que assomei à tribuna esta tarde, Trago para o Senado da República a dor, a insatisfação, a intranquilidade e o sofrimento do povo de Rondônia; lá do projeto de Vitória da União; lá de gleba Anari; do Município de Jaru, dos confins de Cabuxi, daqueles páramos os quais ninguém sabe sequer o nome, mas onde milhares de brasileiros anônimos estão no cabo da enxada plantando e semeando, para a grandeza nacional. Encontram-se absolutamente abandonados, porque não há mais acesso à educação, à saúde; não há preço mínimo; não há estrada; não há assistência alguma. Sobre tudo, o que há é exclusivamente abandono, abandono e abandono... É esta gente que me fez um apelo e que não entende por que o Governo Federal não permitiu que se pudesse financiar a safra agrícola deste ano, quando anuncia que quer redimir a agricultura deste País. Não entende por que essa discriminação ao povo trabalhador de Rondônia, por que o Banco do Brasil também não financia o nosso pequeno agricultor que tem um lote outorgado pelo Incra onde quer plantar e não tem como, sequer, comprar a semente.

Sr. Presidente, faço um apelo ao Presidente da República, ao Presidente do Banco do Brasil para que olhem essa realidade e que transformem, numa penada, algo tão simples mas tão grave para a vida do povo de Rondônia.

Se todos se calam, se a musa pressa resvala como um cúmplice fugaz", como diria o poeta, quem são esses malvados que não vêem uma realidade que precisa ser assistida pelo Governo Federal, que mandou essa gente ocupar a Amazônia, para fazer dela Brasil, e que hoje a trata como delinquentes ecológicos? Hoje, o nosso homem não tem nem mesmo a proteção da lei que alberga os animais!

O homem não tem direito à sobrevivência, o homem não tem direito à preservação da espécie, como, aliás, a lei estipula para os animais! É essa a diferença?

Se não há mais lei humana que possa defender a gente da Amazônia, peço a proteção, ao menos, de acordo com o Código de Proteção aos Animais!

É isso que queremos ver mudado. E é por isso que chamo a atenção para a necessidade urgente de mergulharmos no Brasil real, para nos afastarmos das mentiras, das falácias, do "país das maravilhas" em que vivemos aqui em Brasília.

Suplico, Srs. Senadores, que atentemos para essa realidade concreta, onde se dissipa a vida, onde se resolve o cotidiano, onde as crianças morrem sem assistência médica, onde a cólera atormenta a minha gente! E ninguém move gesto algum para mudar a perversa realidade.

Temos, exatamente, que ver o que ocorre lá fora e trazer as angústias, as apreensões, as preocupações para cá refletir a realidade social de nossos dias, e, dentro do possível, transformarmos em leis as aspirações inequivocamente populares. Esta é uma proposta. O sofrimento da gente brasileira é que me faz compreender a realidade onde vive o povo brasileiro, onde vive o povo de Rondônia, porque o legislador não inventa, mas apenas escreve as leis.

O Sr. Ney Maranhão — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AMIR LANDO — Com muito prazer, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Amir Lando, no exercício da Liderança do Governo, acompanhei atentamente o pronunciamento de V. Ex^a. O tema que V. Ex^a está abordando da tribuna do Senado sobre o problema do micro, médio e pequeno agricultor e empresário é de suma importância. E V. Ex^a está falando do fundo do seu coração, defendendo os seus amigos, o povo do Estado que V. Ex^a representa, Rondônia. Tive oportunidade de conhecer um pouco da Amazônia; o Estado de Roraima. Considero, hoje, a Amazônia, e o Estado de V. Ex^a em particular, o futuro do Brasil. Com respeito, Senador Amir Lando, ao problema agrícola, lembro-me de um grande líder de um dos maiores países da Terra e cuja população é a maior do globo, a China. Mao Tse-Tung dizia "que povo de barriga cheia não pensa em revolução". Há três meses visitei a China Continental, um país que tem apenas 18% de suas terras aproveitáveis, o resto é deserto, terras cansadas milenarmente. Desses 18%, 14% são destinados à agricultura; e 65% desses 14% são plantados na mão para dar trabalho aos camponeses. A agricultura praticada nesses 14% da China representa 7.8% da agricultura do globo terrestre; e o governo chinês alimenta 22% da população do mundo. Para nós isso é um exemplo. Falei com os Presidentes, Senador Mauro Benevides e Deputado Ibsen Pinheiro que países que tenham posições idênticas, problemas idênticos aos do nosso País é que têm que ser visitados. Não a Europa, que já é nossa conhecida. Quem quiser ir que vá por sua conta. Temos que conhecer países como a China, que é um laboratório para o Brasil. Sabemos, Senador Amir Lando das dificuldades que este Governo, desde que assumiu, vem enfrentando. Ele encontrou um corpo inanimado, que estava na sala de operação, mais para Satanás do que para São Pedro. E a luta é sem trégua. Terei oportunidade de dizer desta Tribuna das investigações que foram feitas na Conab, órgão que centralizou a Cobal, a CFP e a Cibrazem, que eram antros de ladrões. Os nomes dessa gente estão sendo encaminhados à Justiça, os nomes daqueles que devolveram, em espécie,

o que tinham tirado dos armazéns da Cibraze. O que se perdeu neste País, Senador Amir Lando, em grãos, sustentaria 50 milhões de brasileiros. Esse crime foi apurado agora neste Governo que está sendo atacado por todos os lados. Há muitos erros, concordamos. Como Líder do Governo, aceito que há defeitos mas há muitas qualidades. Uma delas é que anteriormente o brasileiro pegava o seu ordenado e na primeira loja comprava e se abastecia; hoje, tem o cuidado de andar em 10, 15, 20 lojas para pesquisas de preço.

V. Exª tem razão, este ano a nossa safra é pequena ainda. O Banco do Brasil destinou verbas insuficientes, como V. Exª e eu — como Líder do Governo — reconhecemos. Mas o Presidente da República está consciente de que o dinheiro que está sendo arrecadado da venda das estatais, desses órgãos que viviam pendurados nas tetas da vaca “mococa” da Nação brasileira, vai ser encaminhado, Senador, justamente para essa área, para a agricultura, para o micro e o pequeno empresários, para esses, sim, que precisam da ajuda do Governo para dar emprego ao nosso povo. Congratulo-me com V. Exª por esse pronunciamento sincero, honesto, de homem que está no interior e que conhece a realidade brasileira. Tenho certeza de que V. Exª irá fazer, em parte, justiça à luta que este Governo está travando para a renovação dos costumes políticos deste País. Era o que tinha a dizer a V. Exª

O SR. AMIR LANDO — Nobre Senador Ney Maranhão, em primeiro lugar, agradeço a V. Exª o brilhante aparte e, ao mesmo tempo, quero registrar aqui o compromisso que V. Exª tem assumido com o povo de Rondônia. Quando faço aqui os apelos em favor do meu Estado, a voz de V. Exª sempre é uma voz harmônica às aspirações do povo de Rondônia e, sobretudo, solidária com aquelas aspirações mais prementes da gente que vive nos confins da Amazônia.

E, nesse particular, quero salientar, nobre Senador, a discriminação surgida no início do Governo Collor, a pretexto de atender a pressões ditas internacionais que não querem que o Governo desenvolva a Amazônia, mas a Amazônia só será nossa se a semearmos com brasileiros. A Amazônia será nossa pela presença viva de brasileiros, que serão a célula e a fortaleza da soberania nacional. De maneira que não entendendo essa discriminação e faço um apelo pessoal a V. Exª, pela amizade que nos une, pelo respeito e admiração recíprocos, que V. Exª leve ao conhecimento do Senhor Presidente — porque talvez Sua Excelência não saiba — que o nosso colono de Rondônia não tem acesso ao crédito agrícola que o Governo Federal colocou à disposição dos brasileiros e, por via de consequência, aos rondonienses. Quero que V. Exª faça ciente o Senhor Presidente desta reivindicação, que é uma reivindicação singela e elementar da cidadania que reside no direito de equidade, no tratamento igual, porque a Constituição diz: “Todos são iguais perante a lei”. Não há razão para essa discriminação.

Acredito, nobre Senador Ney Maranhão, que talvez o Presidente não esteja devidamente informado sobre isso. E se V. Exª pudesse ser o porta-voz da reivindicação do povo de Rondônia, ficaria sumamente agradecido. Não por mim, mas por eles mesmos, que querem esse tratamento igual perante a lei. É esta a minha postulação, algo muito pouco, quase nada, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª?

O SR. AMIR LANDO — Com muito prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Terei prazer em levar a Sua Excelência na próxima semana a reivindicação do povo de Rondônia. Mas quero me complementar, neste aparte, com relação à preocupação de V. Exª, quando diz que o estrangeiro está tentando sabotar o desenvolvimento da Amazônia. Já tive ocasião, aqui, Senador, de apartear alguns companheiros da Amazônia, lembrando não só o Governo, mas também a área ecológica do Brasil, para que não façamos confusão, vamos preservar as nossas árvores, os nossos rios de uma maneira tal que não façamos com a nossa floresta e a nossa Amazônia o que acontece com a vaca sagrada na Índia. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. AMIR LANDO — Sou testemunha dessa posição de V. Exª e louvo, mais uma vez, a sua coragem de defender o homem da Amazônia. Mesmo quando a política do Governo talvez esteja mal informada e malformada, sobretudo, V. Exª tem a coragem de enfrentar, porque tem um compromisso com a verdade e com o correto.

Sr. Presidente, encerro esta minha intervenção da tribuna do Senado da República pedindo desculpas aos ilustres membros desta Casa por trazer uma questão paroquial, uma questão tipicamente dos confins da Amazônia, dos páramos mais remotos desta imensidão desconhecida do Brasil. Mas sou seu representante, tomo o seu café, sento-me à sua mesa, participo da sua dieta, trago um relacionamento de um homem despido de qualquer título, de um cidadão qualquer, porque entendo que, no dizer de Sócrates, “o grande homem — e eu jamais fui um grande homem — deve esconder-se no homem comum”. Como homem comum, participo dessas necessidades, dessas aspirações, dessas carências que são tão poucas: a estrada, para escoar a produção ao consumo, a escola, para ensinar os filhos, a educação, que é uma aspiração de todos, e a saúde, porque todos querem viver. É só isso que pedimos e, sobretudo, o acesso ao crédito agrícola, para que se dê tratamento igual a brasileiros que têm, mais do que nós, a coragem e a ousadia de imolar-se pela Pátria, não por decretos fúnebres de endemias rurais e da cólera, mas para fazer da Amazônia, Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)